

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**  
**Vinicius Meirelles Coelho**

**O ESTADO DA ARTE NA PESQUISA PSICÓLOGICA BRASILEIRA**  
**SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL: uma revisão sistemática da**  
**literatura pós despatologização**

**Taubaté – SP**  
**2020**

**Vinicius Meirelles Coelho**

**O ESTADO DA ARTE NA PESQUISA PSICÓLOGICA BRASILEIRA  
SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL: uma revisão sistemática da  
literatura pós despatologização**

Monografia apresentada para obtenção do certificado de Bacharel pelo curso de Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté.  
Área de concentração: Psicologia  
Orientador: Cláudia Regina de Freitas

**Taubaté – SP**

**2020**

**Grupo Especial de Tratamento da Informação - GETI  
Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBi Universidade de  
Taubaté - UNITAU**

C672e Coelho, Vinicius Meirelles

O estado da arte na pesquisa psicológica brasileira sobre a diversidade sexual: uma revisão sistemática da literatura pós despatologização / Vinicius Meirelles Coelho. -- 2020.  
86 f. : il.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté,  
Departamento de Psicologia, 2020.

Orientação: Profa. Dra. Cláudia Regina de Freitas, Departamento de Psicologia.

1. Diversidade sexual. 2. Psicologia. 3. Despatologização. 4. Revisão bibliográfica. I. Universidade de Taubaté. Departamento de Psicologia. Curso de Psicologia. II. Título.

CDD – 302

Vinicius Meirelles Coelho

**O ESTADO DA ARTE NA PESQUISA PSICÓLOGICA BRASILEIRA  
SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL: uma revisão sistemática da  
literatura pós despatologização**

Monografia apresentada para obtenção do certificado de bacharel pelo curso de Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Área de concentração: Psicologia

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Regina de Freitas

Data: 21/10/2020

Resultado: Aprovado

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Ana Cristina Araújo do Nascimento

**Universidade de Taubaté**

Assinatura 

Prof. Dr. Régis de Toledo Souza

**Universidade de Taubaté**

Assinatura 

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

**Universidade de Taubaté**

Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

**Universidade de Taubaté**

Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

**Universidade de Taubaté**

Dedico este trabalho a todos aqueles que vieram antes mim e que por sua coragem em viver fora do armário, me deram a oportunidade de falar, de ser ouvido e de viver como sou.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais por terem me fornecido o sustento para seguir com a graduação e o amor para curar os danos causados ao longo dessa vida.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Cláudia Regina de Freitas, pela atenção e pelo cuidado para comigo, pelo apoio nos momentos de incerteza que tive neste ano, pela disponibilidade em me orientar ou me socorrer, pelas risadas entre uma mensagem e outra, pela confiança no meu trabalho e por ter sempre respeitado o meu tempo de produção durante às dificuldades da pandemia de COVID-19. Nossa aproximação desde o último ano foi uma doce e gostosa surpresa que levo no coração e no CRP.

Agradeço à Profa. Dra. Ana Cristina Araújo do Nascimento, pelo carinho e pela disponibilidade com os quais sempre me tratou, me fazendo sentir como um filho. Por ter aceitado auxiliar meu caminho acadêmico e clínico, me conduzindo com maestria, mas sempre me incentivando e me permitindo ir muito além. Pelas palavras de sabedoria, pelas inúmeras conversas e risadas entre supervisões e orientações e por sempre acreditar no profissional que sou e que posso ser, mesmo quando eu mesmo não acreditava. Estes 3 anos de amizade ressignificaram minha trajetória e me permitiram ser um psicólogo muito melhor.

Agradeço ao Prof. Dr. Régis de Toledo Souza, pelo exemplo de profissional e de pessoa, por ter me mostrado a importância de questionar o naturalizado e de não me contentar com leituras superficiais do mundo. Por ter me ensinado o valor da luta por um mundo digno para todos, principalmente através da Psicologia, por ter expandido meu olhar sobre a profissão, a práxis, a teoria e a vida que vivemos. Sua maestria em ensinar, atuar e agir na realidade são estrelas no meu horizonte.

Agradeço aos meus amigos por todos os sorrisos e abraços retribuídos, pelas incontáveis gargalhadas e memes que construímos nesses cinco anos, por todas as fofocas sentados na mandala, por partilharem do meu ódio ao capitalismo, pela paciência em escutar cada um dos meus surtos, pelo apoio nos inúmeros momentos de crise (pessoal e social), por sempre me incentivarem a ir além, por não me permitirem desistir e por lutarem ao meu lado. A perda da materialidade de nossos encontros neste último ano de graduação realmente foi grande e pesarosa, mas carrego vocês com afeto em meu coração canceriano.

Letícia, Larissa, Anaju, Rafa, Kevin, Citor, Yann, Carol, as Gabis (a pisciana e a canceriana), Lucas, Renata, Nicolas, Ana, Gui, Thaian, Júlia e Taini. No contato diário com o jeitinho tão único de cada um, eu encontrei a força para seguir meu caminho e para superar minhas inseguranças pessoais e profissionais e, por isso, deixo o meu mais sincero e amoroso “obrigado” a todos vocês.

Agradeço a todos os profissionais da saúde desse Brasil que, apesar da desastrosa gestão do governo federal, seguem firmes na linha de frente da batalha contra o coronavírus, enfrentando não só a doença, mas o distanciamento social de seus entes queridos, o medo do adoecer, a exaustão psicológica e física e a onda anticientífica que se alastra junto ao vírus pelo território nacional.

Por fim, não poderia falar da minha gratidão aos envolvidos neste trabalho sem agradecer àqueles que me permitiram estudar sobre diversidade sexual hoje. Agradeço, então, às bichas, aos sapatões, às travestis, aos pecadores, aos doentes, aos perversos, aos promíscuos, aos “sem vergonha” e a todos que não se contentaram com a vida no armário e que pagaram o preço por isso. Ao se atreverem a ser quem são, foram violentados, segregados, agredidos, mortos e torturados pelas mãos de estranhos, de amigos, da família e do Estado. Sem a coragem, a força, a determinação e a resiliência de todas essas pessoas, jamais eu teria chegado até aqui. Os embates se acirraram, mas estamos muito mais fortalecidos!

“[...] Tentaram me curar do que eles chamam doença.  
Fiz oração chorando todas as manhãs às 8h:  
‘Deus, tira de mim isso. Não quero ser gay.’  
Um dia desmaiei depois de um jejum de três dias, sem água e sem comida e  
me disseram que era demônio.  
Renunciei, pedi perdão, fiz penitência,  
Mas meu coração não mudou.  
Segui anos de cabeça baixa e nem aperto de mão eu me permitia dar em outro  
homem.  
Olhos fechados, corpo disciplinado, pernas que jamais podiam se cruzar.  
Joguei futebol porque é isso que homem faz.  
‘Tenho que aprender a ser homem para gostar de mulher’, meditei.  
[...] Eu falei com a doutora que meu comportamento andava bem, que eu nem  
chegava perto de homem já fazia cinco anos.  
Mas não posso receber alta porque meu desejo não mudou.  
Pedi um remédio verdadeiro e ela não soube responder.  
Ficou quieta e falou em me dar choques.  
Me dizia que eu aprendi a ser gay.  
Sou doente por doutrinação.  
Mas como, se a doutrina me jogou para fora de casa? Se a doutrina me mandava  
para o inferno e me dizia que eu ficaria sozinho?  
‘Doutora, eu tô aqui porque eu não quero sofrer mais’, eu disse.  
‘Mas ser gay é sofrer’, eles ficaram me afirmando.  
Sofra, porque seu sofrimento esconde o meu, foi o que sentia.  
Eu não escolhi ser gay, mas me castigam, me espancam, me matam porque  
dizem que sou um perverso.  
‘Doutora, eu sou virgem, nasci evangélico, nunca nem vi um gay na vida.’  
Minha mãe não deixava eu ver TV e eu só ia à igreja, não ia em nenhum outro lugar.  
‘Será que eu fiz essa escolha?’  
‘Doutora, me tira da dor que você diz que eu me dei?’  
Só ouvi silêncio.”

(Hugo B. Martins, 2019)



## RESUMO

Destaque nos debates sobre a diversidade sexual, a Psicologia tem sido convocada a discutir e estudar este fenômeno e a atuação de seus próprios profissionais frente a ele. Desta forma, o presente trabalho objetivou compreender o que a Psicologia brasileira tem produzido academicamente acerca da diversidade sexual desde a sua despatologização em 1990, identificando possíveis convergências e/ou divergências entre as publicações das três décadas subsequentes. Para isso, foi realizada uma revisão sistemática da literatura com análise bibliométrica, seguindo as proposições do Protocolo *Pro-KnowC*, buscando publicações no Portal de Periódicos CAPES via acesso institucional na Comunidade Acadêmica Federada (CAFe). O portfólio final contou com 14 trabalhos publicados entre 1997 e 2019, sendo 9 estudos empíricos e 5 teóricos. A análise dos artigos permitiu a identificação de sete núcleos temáticas complementares: 1) a vivência da diversidade sexual; 2) desafios e embates políticos acerca da diversidade sexual no Brasil; 3) homossexualidade, homofobia e as representações sociais; 4) a formação do psicólogo e a diversidade sexual; 5) mensuração de atitudes e crenças frente à homossexualidade; 6) o trabalho com a diversidade sexual na escola; e 7) preconceito e discriminação por orientação sexual no ambiente de trabalho. A amplitude de abordagens ao tema e à crítica a postura patologizante de alguns grupos de psicólogos revelou o posicionamento da Psicologia brasileira com a defesa da diversidade sexual e reafirmou o compromisso científico com a Resolução CFP 01/1999.

**Palavras-chave:** Diversidade Sexual. Psicologia. Despatologização. Revisão Bibliográfica.

## ABSTRACT

Standout in debates about sexual diversity, Psychology has been called upon to discuss and study this subject and the performance of its own professionals in relation to it. Thus, the present work aimed to understand what Brazilian Psychology has produced academically about sexual diversity since its depathologization in 1990, identifying possible convergences and/or divergences between the publications of the following three decades. For this, a systematic literature review with bibliometric analysis was carried out, following the propositions of the Pro-KnowC Protocol, seeking publications in the CAPES Journal Portal via institutional access in the Federated Academic Community. The final portfolio had 14 works published between 1997 and 2019, 9 of which were empirical and 5 theoretical. The analysis of the articles allowed the identification of seven complementary thematic nuclei: 1) the experience of sexual diversity; 2) challenges and political clashes about sexual diversity in Brazil; 3) homosexuality, homophobia and social representations; 4) the training of the psychologist and sexual diversity; 5) measurement of attitudes and beliefs towards homosexuality; 6) working with sexual diversity at school; and 7) prejudice and discrimination based on sexual orientation in the workplace. The breadth of approaches to the theme and the criticism of the pathologizing posture of some groups of psychologists revealed the position of Brazilian Psychology with the defense of sexual diversity and reaffirmed the scientific commitment to the Resolution nº 01/1999 of Federal Council of Psychology (CFP).

**Keywords:** Sexual Diversity. Psychology. Depathologization. Bibliographic Review.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Etapas da revisão sistemática da literatura.....	42
Figura 2 - Etapas do ProKnow-C.....	42
Figura 3 - Etapas da seleção do banco de artigos bruto .....	44
Figura 4 - Etapas da filtragem do banco de dados .....	45
Figura 5 - Etapas da filtragem do Banco de Artigos .....	46

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Periódicos nos quais os artigos do PB foram publicados .....	50
Tabela 2 - Principais periódicos nacionais e internacionais por ordem de frequência de menções .....	54
Tabela 3 - Principais autores das referências bibliográficas .....	55

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Frequência de publicação por ano dos artigos componentes do BAB ....	52
Gráfico 2 - Frequência de publicação por ano dos artigos componentes do PB.....	52
Gráfico 3 - Quantidade de menções aos autores do PB nas referências bibliográficas .....	56

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Portifólio Bibliográfico sobre a produção da Psicologia brasileira acerca da diversidade sexual após sua despatologização .....	49
Quadro 2 - Classificação Capes 2013-2016 dos periódicos dos artigos selecionados .....	50
Quadro 3 - Relação de artigos do PB segundo numeração, título, periódico de publicação e tipo de estudo .....	58
Quadro 4 - Artigos do PB segundo população, objetivos e método utilizado .....	61
Quadro 5 - Artigos do PB segundo numeração e principais resultados .....	65

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>14</b>
2.1 PRINCIPAIS CONCEITOS ACERCA DA DIVERSIDADE SEXUAL .....	14
2.2 A DIVERSIDADE SEXUAL NO BRASIL: ENTRE O PECADO E A NORMALIDADE .....	18
2.3 O QUE TEM DITO A PSICOLOGIA BRASILEIRA SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL: UM CAMPO DE DISPUTAS.....	29
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>41</b>
3.1 COLETA DE DADOS.....	41
3.1.1 <b>Acerca da seleção do portfólio bibliográfico</b> .....	<b>43</b>
3.1.2 <b>Seleção do banco de artigos bruto</b> .....	<b>43</b>
3.1.3. <b>Teste de representatividade do portfólio bibliográfico</b> .....	<b>47</b>
3.2 ANÁLISE DOS DADOS .....	47
<b>4 RESULTADOS</b> .....	<b>48</b>
4.1 ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA.....	49
4.1.1 <b>Análise das referências bibliográficas dos artigos do portfólio bibliográfico</b> .....	<b>53</b>
4.2 ANÁLISE SISTÊMICA DO PORTIFÓLIO BIBLIOGRÁFICO .....	57
4.2.1 <b>Tipo de estudo</b> .....	<b>58</b>
4.2.2 <b>Objetivos, metodologia e principais resultados</b> .....	<b>60</b>
4.2.3 <b>Núcleos temáticos</b> .....	<b>67</b>
4.2.3.1 A vivência da diversidade sexual .....	67
4.2.3.2 Desafios e embates políticos acerca da diversidade sexual no Brasil .....	69
4.2.3.3 Homossexualidade, homofobia e as representações sociais .....	70
4.2.3.4 A formação do psicólogo e a diversidade sexual.....	73
4.2.3.5 Mensuração de atitudes e crenças frente à homossexualidade .....	74
4.2.3.6 O trabalho com a diversidade sexual na escola .....	74
4.2.3.7 Preconceito e discriminação por orientação sexual no ambiente de trabalho 75	
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>77</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>80</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A história da diversidade de orientações sexuais no mundo ocidental foi, e continua sendo, marcada por embates políticos, religiosos e científicos. A exemplo da homossexualidade, ao longo da história, a religião, o Direito e a própria comunidade científica já configuraram instrumentos para aviltá-la, criminalizá-la e patologizá-la, gerando consequências vividas até os dias atuais. A mudança nesse paradigma só veio a ocorrer ao final do século XX, no ano de 1990, quando a Organização Mundial da Saúde retirou da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) o diagnóstico de “homossexualismo”, oficialmente tomando as orientações diferentes da heterossexualidade como possibilidades da sexualidade humana.

Em 17 de maio de 2020 se comemorou 30 anos deste episódio, data que hoje assume caráter político e social de combate ao preconceito e à discriminação contra lésbicas, gays e bissexuais sob o nome de Dia Internacional Contra a Homofobia. Apesar do aparente avanço, a diversidade sexual ainda é alvo de ataques por diversos atores sociais, incluindo profissionais da psicologia. Em ação popular movida no Distrito Federal em 2017, um grupo de 23 psicólogos pedia liminar para sustar os efeitos da Resolução 001, de 22 de março de 1999 do Conselho Federal de Psicologia. Esta normativa veda aos psicólogos, em linhas gerais, a patologização da homossexualidade e a oferta de terapias de reversão sexual (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1999).

É frente a esse contexto de conflitos e contradições que esta pesquisa se justifica. Mesmo com os esforços em prol da ampliação do respeito e da aceitação à diversidade sexual, ainda é possível encontrar resistências e posturas contrárias, mesmo entre psicólogos. Com isso, buscou-se com este trabalho compreender o estado da arte da produção da Psicologia brasileira acerca da diversidade sexual após sua despatologização em 1990, identificando convergências e/ou divergências entre as publicações de cada uma das três décadas subsequentes. Ao fornecer um mapeamento detalhado de como a literatura tem se debruçado sobre o tema, espera-se contribuir com o debate sobre a promoção do respeito à diversidade sexual através de diferentes aspectos, como a formação do psicólogo, a produção de conhecimento sobre o tema, as contribuições da Psicologia para a formulação de políticas públicas, entre outros.



Para tanto, o presente trabalho utilizou-se da revisão sistêmica da literatura com análise bibliométrica, valendo-se do Protocolo *ProKnow-C* como ferramenta para nortear as etapas de seleção dos artigos a serem utilizados. Este protocolo, segundo Essilin, Essilin e Pinto (2013), foi desenvolvido por Ensslin e Ensslin (2007) e Ensslin et al. (2010) e permite realizar um mapeamento do conhecimento a partir das delimitações, percepções do tema e motivações do pesquisador, sendo composto por quatro fases, a saber: (a) seleção do portfólio de artigos sobre o tema pesquisado; (b) análise bibliométrica do portfólio; (c) análise sistêmica e (d) resposta às perguntas de pesquisa. A busca por artigos foi feita no Portal de Periódicos CAPES via acesso institucional na Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) em maio de 2020.

Através da análise feita, identificou-se que o estado da arte da produção científica da Psicologia brasileira sobre a diversidade sexual mostra-se construída em cima de 7 núcleos temáticos, a saber: 1) a vivência da diversidade sexual; 2) desafios e embates políticos acerca da diversidade sexual no Brasil; 3) homossexualidade, homofobia e as representações sociais; 4) a formação do psicólogo e a diversidade sexual; 5) Mensuração de atitudes e crenças frente à homossexualidade; 6) O trabalho com a diversidade sexual na escola; e 7) Preconceito e discriminação por orientação sexual no ambiente de trabalho.

Este trabalho encontra-se dividido em 5 capítulos, contando com esta introdução. A seguir, o leitor se deparará com a fundamentação teórica, através da qual será apresentado aos conceitos gerais que perpassam a diversidade sexual, o modo como ela foi abordada ao longo da história e os posicionamentos da Psicologia brasileira frente às diferentes orientações sexuais. Em seguida, a metodologia utilizada neste estudo, com a descrição do Protocolo *ProKnow-C* e da sua aplicação, os critérios para seleção dos artigos e os procedimentos para a análise bibliométrica e a análise sistêmica. Na seção 4, localiza-se os resultados do trabalho, sendo dividida em 2 subseções, 4.1 Análise Bibliométrica e 4.2 Análise Sistêmica. Na primeira subseção consta os dados quantitativos obtidos através da aplicação da estatística descritiva ao portfólio bibliográfico. Na segunda, encontram-se as informações obtidas através da análise qualitativa dos conteúdos dos artigos do portfólio feita pelos pesquisadores. Por fim, a última seção apresenta as conclusões alcançadas com o trabalho, as respostas aos objetivos e ao problema de pesquisa e as percepções dos pesquisadores sobre o tema, o trabalho e a produção de conhecimento.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Atualmente, os estudos científicos acerca do tema têm se preocupado em abordar diferentes categorias sociais e identitárias dentro da temática da diversidade sexual e de gênero. Com a pluralidade de nomenclaturas, o leitor que não está familiarizado com este assunto pode não conseguir compreender plenamente a discussão apresentada. Assim, visando garantir a acessibilidade ao conteúdo, é imprescindível explicitar os principais termos e conceitos ligados à comunidade LGBTIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais, Assexuais e outros).

### 2.1 PRINCIPAIS CONCEITOS ACERCA DA DIVERSIDADE SEXUAL

Nesse sentido, a primeira conceituação a ser apresentada é quanto ao tema de pesquisa deste trabalho. A sexualidade humana, para Campos (2015, p. II), é um fenômeno contínuo e complexo construído de maneira pessoal/social ao longo da vida de uma pessoa e que “articula aspectos biológicos/fisiológicos, psicológicos, sociais, culturais e históricos”. Por esse caráter, Fry (1982) entende que a sexualidade é delimitada e controlada por categorias criadas historicamente, variando a depender do tempo e do espaço no qual se manifesta, de maneira que compreender a concepção de uma cultura sobre sexualidade exige a compreensão da própria sociedade (FRY, 1982).

Desta forma, a sexualidade pode ser vivenciada segundo diferentes modalidades de orientações sexuais e de identidades de gênero (CAMPOS, 2015). A partir dessa ótica, diversidade sexual diz dessa pluralidade de formas de viver e expressar a sexualidade humana (SÃO PAULO, 2018), portanto, apesar de comumente relacionada à homossexualidade e à bissexualidade, ela também abarca a heterossexualidade e toda forma de experiência sexual consentida, excluindo, portanto, a pedofilia e outros tipos de abuso sexual (LIONÇO, 2009).

Quanto às categorias acima, cabe dizer não só seus significados, mas o conceito maior por trás delas. Ao discorrer sobre modalidades específicas de relacionamentos interpessoais, os termos acima constituem-se como tipos de orientação sexual, a atração sexual e/ou afetiva que uma pessoa involuntariamente manifesta por outra (SÃO PAULO, 2018). Portanto, devido ao caráter involuntário,

houve a convenção de utilizar “orientação sexual” para se referir a este fenômeno e não “opção sexual” devido ao caráter pessoal e facultativo que este transmite.

Tomando como base o Manual de Comunicação LGBTI+ (REIS, 2018) elaborado pela rede GayLatino e pela Aliança Nacional LGBTI, pode-se citar como algumas das orientações sexuais a heterossexualidade, a homossexualidade, a bissexualidade, a assexualidade<sup>1</sup> e a pansexualidade. Cabe salientar, ainda, que o uso do sufixo “ismo” para se referir às orientações sexuais é errôneo, pois remonta ao período na qual as orientações sexuais não heteronormativas eram tidas como uma patologia, representadas pela categoria diagnóstica *homossexualismo* (REIS, 2018).

Heterossexual é a pessoa que se sente atraída afetiva e sexualmente por pessoas do gênero oposto ao seu. Homossexual é aquele que se atrai por pessoas do mesmo gênero que o seu, sendo chamado de gay o homossexual masculino e lésbica a homossexual feminina. Assexual é, em linhas gerais, o indivíduo que não possui atração sexual. Bissexual é o sujeito que se sente atraído pelos dois gêneros, masculino e feminino. Por fim, pansexual é a pessoa que se sente atraída por pessoas, não tomando o gênero e o sexo biológico como um fator para sua atração e rompendo com a ideia binária (masculino-feminino) de gênero (REIS, 2018).

Dado o modo como cada sociedade constrói significados para as orientações sexuais, alguns outros termos foram cunhados para descrever mais precisamente as peculiaridades do tratamento social a essas expressões de sexualidade. Assim, Lionço e Diniz (2009), lançando mão de Butler (2003), discorrem sobre o apelo às relações heterossexuais nas sociedades contemporâneas. O que se apresenta, então, é a heterossexualidade tomada como um princípio ordenador e natural da sexualidade humana, de maneira a se tornar a matriz de inteligibilidade que dá sentido e valor a todas as outras orientações sexuais (LIONÇO; DINIZ, 2009). A este fenômeno é dado o nome de heteronormatividade.

Na mesma linha de raciocínio, Borillo (2009) apresenta outra categoria analítica de grande importância para a compreensão da diversidade sexual. Ao traçar um paralelo com o sexismo e com o racismo, o autor apresenta a ideia do heterossexismo como um sistema através do qual as orientações sexuais são hierarquizadas e a heterossexualidade assume posição superior às demais (BORILLO, 2009). Quanto as

---

<sup>1</sup> Para discussão mais ampla sobre a identidade assexual e seus entraves específicos, ver o trabalho etnográfico de D'Andrea e Romagnoli (2018).

outras, resta a abordagem “na melhor das hipóteses, como incompletas, acidentais e perversas, e na pior, como patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização” (BORILLO, 2009, p. 25).

É lançando mão deste último conceito que Borillo (2009) também apresenta sua visão sobre o que vem a ser a homofobia. Consequência direta do *status* inferior atribuído à homossexualidade pela hierarquia das orientações sexuais regida pelo heterossexismo, o autor entende que a homofobia representa uma atitude arbitrária de hostilidade para com homossexuais, qualificando-os como inferior e os retirando da normalidade devido a isso (BORILLO, 2009).

Como toda forma de exclusão, a homofobia não se limita a constatar uma diferença: ela a interpreta e tira conclusões materiais. Assim, se o homossexual é culpado do pecado, sua condenação moral aparece como necessária, e a purificação pelo fogo inquisitorial é uma consequência lógica. Se seus atos sexuais e afetivos são tidos quase como crimes, então seu lugar natural é, na melhor das hipóteses, o ostracismo, e na pior, a pena capital, como ainda acontece em alguns países. Considerado um doente, ele é objeto do olhar clínico e deve se submeter a terapias que a ciência lhe recomenda, em especial os eletrochoques utilizados no Ocidente até os anos 1960. Se as formas mais sutis de homofobia denotam uma tolerância em relação a lésbicas e gays, isso só é feito atribuindo-se a esses sujeitos um lugar marginal e silencioso, o de uma sexualidade considerada incompleta ou secundária (BORILLO, 2009, p. 18).

Como visto, a homofobia se expressa em diferentes contextos e em graus diversos, abarcando inúmeros comportamentos e crenças (BORILLO, 2009). Apesar disso, a literatura científica tem produzido nos últimos anos críticas ao uso deste termo devido ao seu caráter psicopatológico, o que torna o fenômeno da discriminação por orientação sexual como uma doença individual, apagando seu caráter social (COSTA; NARDI, 2015; NUNAN, 2003; JUNQUEIRA, 2012; MASIERO, 2013). Por ainda não haver consenso sobre como se referir ao preconceito contra pessoas não heterossexuais, “homofobia” ainda é amplamente utilizada no meio acadêmico, civil e político.

Cabe dizer, por fim, sobre a tentativa de conciliar heteronormatividade, heterossexismo e preconceito contra diversidade sexual, seguindo a proposição de Herek (2004/2007 apud COSTA; NARDI, 2015). Para o autor, a heteronormatividade opera no nível discursivo, um preconceito manifesto no senso comum que desqualifica tudo o que fuja da heterossexualidade e que delimita grupos sociais, discriminando estes grupos e seus membros. O heterossexismo, por sua vez, encontra-se na estrutura social, nas relações de poder e nas instituições, agindo de

forma a manter as orientações não heterossexuais como minoritárias. A partir desses fenômenos sociais, o preconceito contra a diversidade sexual surge das subjetividades formadas a partir dos outros dois elementos, os reforçando por meio de atitudes e crenças individuais (HEREK, 2004/2007 apud COSTA; NARDI, 2015).

De volta às categorias identitárias, outros conceitos importantes e que atravessam a noção de sexualidade são aqueles do campo dos estudos de gênero: sexo, gênero e identidade de gênero. O sexo diz da dimensão biológica e anatômica do ser humano, compreendendo um conjunto de características cromossômicas, genitais, hormonais, entre outras, que o define como macho, fêmea ou intersexual (REIS, 2018). Este último é a palavra que designa indivíduos que possuem “anatomia reprodutiva ou sexual e/ou um padrão cromossômico que não podem ser classificados como sendo tipicamente masculinos ou femininos” (GLAAD, 2016, p. 6, tradução nossa), sendo o nome utilizado no lugar de “hermafrodita” como se dizia antigamente. O gênero, por sua vez, refere-se à uma dimensão social, cultural e histórica, o modo como cada cultura determina, a partir do sexo, o que é ser homem e o que é ser mulher (CAMPOS, 2015).

Essa distinção entre sexo e gênero é de grande importância para os estudos de gênero e de sexualidade atualmente e se iniciou, segundo Quartiero (2009), através do esforço de feministas de língua inglesa nos anos 1970 em questionar a universalidade atribuída ao homem. Para a autora, gênero refere-se às relações sociais construídas a partir da diferença entre os sexos, adquirindo, portanto, caráter histórico, social e cultural (QUARTIERO, 2009). Por fim, a identidade de gênero diz da percepção subjetiva de uma pessoa como pertencente ao gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos dois, independente de sexo biológico (REIS, 2018).

Ainda, termos guarda-chuva também foram cunhados para fornecer maior especificidade ao universo da identidade de gênero a depender da identificação e do sexo de cada um. Sendo assim, chama-se de cisgênero aquela pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi socialmente atribuído e transgênero quem se percebe como pertencente a outro gênero que não o que lhe foi designado em seu nascimento (REIS, 2018).

Devido ao caráter complementar e constitutivo da relação entre gênero e sexualidade, pode-se confundi-los como iguais, porém isso se mostra um equívoco. Apesar do conceito de orientação sexual ser construído a partir do gênero das

peessoas, como ilustrado acima, estes dois temas não se confundem e dizem de assuntos diferentes, apesar de relacionados. É por este motivo que, para a realização deste trabalho, as pesquisas envolvendo o estudo da diversidade de gênero não foram incluídas, pois pertencem a um campo científico diferente.

Sobre este debate, vale mencionar o trabalho de Góis (2003). Ao analisar a proximidade entre os campos dos estudos de gênero e dos estudos sobre a homossexualidade no início dos anos 2000, o autor discorre sobre a ausência da questão de gênero dentro do tema da homossexualidade, o que, em sua visão, mostra-se como um fenômeno curioso devido à “presumível proximidade entre os estudos sobre a homossexualidade e as questões do campo feminino em que o conceito de gênero foi mais densamente elaborado” (GÓIS, 2003, p. 291).

Para o autor, os principais motivos para essa separação são a restrição da discussão sobre gênero no Brasil a alguns grupos de estudiosos e o baixo interesse científico pelo tema, o heterossexismo presente nos estudos feministas e nas ciências humanas e sociais num geral e os conflitos entre os movimentos homossexual e feminista (GÓIS, 2003).

## 2.2 A DIVERSIDADE SEXUAL NO BRASIL: ENTRE O PECADO E A NORMALIDADE

A categoria homossexual, como conhecida hoje, nem sempre existiu. Para Pretes e Viana (2007), até chegar ao conceito atualmente construído, a homossexualidade recebeu, ao longo dos séculos, inúmeras denominações a depender da moral sexual da sociedade na qual se inseria. No Brasil, os primeiros sinais de rejeição às relações sexuais entre pessoas do mesmo gênero remontam à colonização, direcionando-se na contramão do que parecia ocorrer nas sociedades dos povos originários brasileiros.

Mott (1994) apresenta, a partir da análise de registros escritos de europeus colonizadores, evidências históricas sobre atividades sexuais entre iguais com caráter socialmente aceitável em alguns povos indígenas brasileiros. Entre os Tupinambá, existiam terminologias próprias para os índios gays, *tibira*, e as índias lésbicas, *çacoaimbeguira*, e, nos nativos Guaicuru da nação Guarani, havia os *cudininhos*, “índios homossexuais que além de travestirem-se, eram totalmente identificados com o estilo de vida do sexo oposto” (MOTT, 1994,

p. 5). Para além destas etnias, o autor identificou evidências arqueológicas, históricas, etnográficas ou linguísticas que comprovam a prática homossexual em outras 15, como entre os Bororó, os Xavante, os Yanomani e os Camaiurá (MOTT, 1994).

De fato, Trevisan (2018) também se dedicou em seu livro, entre tantos outros temas pertinentes à homossexualidade no Brasil, a explicitar o choque moral dos europeus quando se depararam com a naturalidade do sexo para os indígenas no Brasil. Segundo o autor, não só as relações sexuais eram abordadas sem qualquer tabu por estes indivíduos, como também as práticas homossexuais, com relatos, inclusive, de tendas públicas destinadas a tal atividade, assemelhando-se ao que hoje se entende como prostituição (TREVISAN, 2018).

Com a chegada dos portugueses e a consolidação do processo colonizador, a moral cristã adentrou os territórios brasileiros, marcando o início da discriminação e da perseguição ao que hoje se chama de homossexualidade. É inclusive por conta de tais preceitos religiosos que se originou o primeiro termo para se referir a esses sujeitos e suas práticas (sodomitas e sodomia, respectivamente), em referência à passagem bíblica sobre a destruição da cidade de Sodoma (CORREIO; CORREIO, 2016).

De acordo com a história, dois anjos foram hospedados por Ló na cidade, mas uma turba de moradores exigiu que o rapaz lhes entregasse os hóspedes para serem estuprados. Ló tentou proteger os dois anjos, mas foi atacado pelo grupo, momento no qual seus hóspedes intercederam, deixando aquelas pessoas cegas. No dia seguinte, quando Ló e sua família deixaram a cidade, fogo e enxofre caídos do céu teriam destruído Sodoma em punição à sua moral sexual (CORREIO; CORREIO, 2016).

Em alusão às impensáveis práticas sexuais praticadas naquela cidade, as localidades influenciadas pela moral católica passaram a chamar toda atividade sexual que fugia à reprodução da espécie de sodomia (TREVISAN, 2018). Apesar disso, Pretes e Viana (2007) alertam sobre como a generalidade do conceito materializava-se como um problema prático no que futuramente foi a Inquisição da Igreja Católica. Na tentativa de especificar os delitos, os teólogos dividiam a sodomia em espécies, sendo sodomia-perfeita, sodomia-imperfeita e *sodomia foeminamm*. Pretes e Viana (2007), referenciando Del Piore (2006) e Vainfas (1989), explicam que a primeira dizia do sexo anal com ejaculação praticado entre dois homens, a segunda

fazia referência ao sexo anal praticado por um homem com uma mulher e a terceira abarcava a relação sexual praticada entre duas mulheres.

Conforme Jacques Solé (s. d. apud TREVISAN, 2018), na Antiguidade e durante a Idade Média o vocabulário cristão utilizava-se do termo “sodomia” para se referir tanto ao sexo oral e anal heterossexual, dentro ou fora do casamento, quanto à relação sexual entre iguais, visto ser o objetivo único e legítimo da sexualidade cristã a reprodução (TREVISAN, 2018). Com isso, percebe-se que a sodomia não designa uma identidade social específica, mas um conjunto de práticas passíveis de serem exercidos por qualquer sujeito.

Sob forte influência dessa ideologia, diversos governos europeus entre os séculos XVI e XVIII passaram a punir os então chamados sodomitas, tipificando como crime hediondo equivalente ao regicídio e à traição nacional (MOTT, 1994), passível das mais desumanas punições, o que antes era “somente” o pior dos pecados, o pecado nefando (PRETES; VIANA, 2007; TREVISAN, 2018). O mesmo ocorreu com Portugal e sua Igreja Católica, que vivendo o medo do fantasma da Contrarreforma, desenvolveram diversos mecanismos para combater veementemente costumes desviantes e heresias, dentre eles o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição em 1536 (TREVISAN, 2018).

Todavia, como aponta Pretes e Viana (2007), as práticas sodomíticas já eram contempladas em legislações penais europeias mesmo antes da teologia cristã definir a sodomia como o máximo pecado *contra-natura*. O que se percebeu é que o saber sobre a sexualidade humana construído pela igreja católica foi determinante para tornar as punições mais eficazes e rigorosas (PRETES; VIANA, 2007). Com isso, estes autores afirmam que, à luz dos ditames católicos, muitos governos europeus, até meados do século XIX, tomaram a sodomia como um pecado frente a Deus e um crime contra o Estado.

No que concerne a Portugal, preocupados com o que entendiam como desleixo moral vivido na colônia brasileira, já de conhecimento da Coroa desde os primórdios através do contato com os povos indígenas (PRETES; VIANA, 2007; TREVISAN, 2018), Igreja e Nobreza realizavam Visitações Inquisitoriais ao Brasil através do Santo Ofício para coibir traições políticas e abusos à fé e aos costumes portugueses (TREVISAN, 2018). Desta forma, mesmo subordinada ao Papa, a Inquisição despendia maior lealdade ao poder governamental em vigência, como visto nas punições aplicadas aos sodomitas por exemplo, através das quais havia o confisco de



bens para a Coroa, evidenciando a articulação entre religião e justiça na produção de sujeitos estigmatizados (FREIRE; CARDINALI, 2012) e de dispositivos de controle social.

De acordo com Trevisan (2018), a atuação do Santo Ofício instaurava uma atmosfera de vigilância nos lugares em que acontecia, pois não só era estimulado a autoconfissão dos pecados e transgressões, como também a delação de quaisquer atitudes que alguém tivesse conhecimento. Apesar disso, as relações sexuais dos colonos pareciam despertar mais fortemente o interesse dos inquisidores, pois, durante os tribunais, sempre demandavam respostas detalhadas sobre os atos cometidos, suas variações e a quantidade de vezes que foram praticadas. Segundo o autor, as condenações pelo crime de sodomia eram as mais variadas e incluíam jejuns obrigatórios, retiros, multas, açoites, degrado para outras cidades, trabalho forçado nas galés, entre outros.

Aterrorizados com a moral sexual vigente nas terras tupiniquins, o dispositivo da confissão foi o principal instrumento português de combate aos “ataques” aos costumes cristãos portugueses (PRETES; VIANA, 2007). Pretes e Viana (2007), baseando-se em Vainfas (1989) afirmam o quanto o sexo passou a ser exaustivamente tema dos discursos no Brasil daquela época, mesmo dentro dos sermões e pregações da igreja.

Especificamente acerca da sodomia, a influência católica no Estado português era tamanha que tais práticas não poderiam ser encaradas de outra forma do que com a tremenda aversão já conhecida e citada nesta subseção, sendo vista inclusive como causadoras de desastres naturais, e, portanto, fortemente combatidas e punidas pela Coroa desde o século XIII com as Ordenações Afonsinas (VAINFAS, 1989 apud PRETES; VIANA, 2007). Para estes autores, a construção legal de tais Ordenações denunciavam a relação extremamente íntima entre religião e política em Portugal (PRETES; VIANA, 2007).

Cecil Roth (s. d.), citado por Trevisan (2018), afirma que durante os quase 300 anos de atividade do Santo Ofício português, 40.000 pessoas foram processadas, 1.808 queimadas nas fogueiras e 29.560 condenadas a outras punições. Mais especificamente quanto à condenação de sodomitas, na análise feita por Mott (1994) dos arquivos dos anos 1591 a 1620, de um total de 283 culpas confessadas durante as visitas do Santo Ofício ao Brasil, 44 casos referiam-se à sodomia, sendo o crime mais frequente cometido depois da blasfêmia. Em levantamento nos arquivos da

Torre do Lombo de Lisboa, o autor identificou 283 denúncias de brasileiros ou portugueses, residentes no Brasil, acusados de sodomia (MOTT, 1994).

Na literatura desses autores, fica evidente que mesmo com a forte rejeição às práticas sexuais entre pessoas do mesmo gênero por parte de Portugal e sua moral cristã, as terras brasileiras eram era palco para as relações dos mais diversos amantes, com adeptos da então chamada sodomia

em todas classes, raças e etnias do Brasil Colonial, sendo praticado tanto nas mansões senhoriais, como nos casebres de escravos e livres pobres; nas casernas, igrejas e mosteiros masculinos e femininos; na zona rural e urbana, incluindo tanto interações esporádicas e fortuitas, com diferentes parceiros, quanto relações estáveis, algumas por décadas seguidas (MOTT, 1994, p. 8).

Apesar das contradições, a coibição da sodomia seguiu firme na colônia portuguesa, principalmente através da legislação. Trevisan (2018) conta que entre as Ordenações do Reino de Portugal (livros que contemplavam o código legal da metrópole) aplicadas ao Brasil, as Ordenações Filipinas foram a de maior impacto, pois vigoraram mesmo após a independência brasileira. Nelas, o crime de sodomia era punível com morte na fogueira, confisco total dos bens e a determinação de que os filhos e netos da pessoa condenada se tornassem infames, equiparando a sodomia ao crime de Lesa Majestade.

Com a Constituição do Império, os preceitos legais das Ordenações Filipinas foram atualizados, porém, sob influência da Revolução Francesa e do Código Napoleônico, o Brasil retirou a sodomia de seu Código Criminal nos primórdios do século XIX, em 1830 (TREVISAN, 2018). Entretanto, o aparente progresso que tal afirmação pode suscitar não se sustentou, pois, conforme Trevisan (2018), o que antes era explicitamente enquadrado como crime de sodomia, naquele momento passou a ser arbitrariamente contemplado como crime por ofensa à moral e aos bons costumes, sendo punido com prisão e multa.

Trevisan (2018) segue evidenciando em sua narrativa histórica como essa perspectiva de atentado ao pudor e de ofensa aos bons costumes se perpetuou nos Códigos Penais seguintes, atravessando o Brasil Império e o Brasil República e configurando-se como instrumento silencioso de criminalização da relação entre iguais. Entretanto, neste processo histórico no qual Igreja e Justiça tiveram seu domínio sobre a sexualidade enfraquecido, novos atores emergiram para exercer o velho controle.

Se antes o sexo era assunto exclusivo da teologia cristã, cabendo somente a ela produzir saberes sobre ele (PRETES; VIANA, 2007), o que se observava nesta fase da história era a ascensão da medicina como nova senhora da sexualidade humana. Trevisan (2018) comenta que, após a independência brasileira, a pátria recém formada demandava maior controle das mazelas sanitárias que assolavam o lar patriarcal da época, visando, assim, produzir filhos mais potentes para o Estado. Frente ao advento de doutrinas pragmáticas, liberais e positivistas, a figura do médico higienista emergiu como operador “das malhas de um poder mais sutil, mais científico” (TREVISAN, 2018, p. 167).

A modernização das famílias também foi acompanhada do controle da sexualidade e dos papéis de gênero do casal, de forma a reaver a monogamia e o casamento como ponto central na estrutura familiar, objetivando o controle de doenças venéreas e a produção de crianças mais fortes. Com isso, o casamento precisava fornecer prazer sexual necessariamente, resultando na relação e cristalização dos papéis masculino e feminino à paternidade e à maternidade, respectivamente, e, em consequência disso, novas identidades anormais foram construídas, o libertino, o celibatário e o uranista<sup>2</sup> (TREVISAN, 2018).

Se o libertino exercia parcamente a paternidade e o celibatário a recusava, o uranista oferecia ofensa e problema ainda maiores, pois culminavam na negação da vocação natural do homem (TREVISAN, 2018). Sendo assim, o autor resgata o quanto a medicina higienista passou a operar uma terapêutica que desse conta destes problemas, estabelecendo um controle pretensamente neutro da sexualidade, abandonando o viés religioso. O que se via então era que

Ao se distanciar progressivamente do universo da lei (secular ou religiosa), a ideologia higienista colocava seus referenciais no terreno da norma científica. Agora, os cidadãos deviam obediência menos a Deus do que ao médico. E, em lugar do dogma cristão, passou a imperar o padrão de normalidade. Por essa brecha é que a psiquiatria pôde entrar, para aprimorar o controle da ciência sobre pessoas com prática sexual considera desviante (TREVISAN, 2018, p. 171).

---

<sup>2</sup> De acordo com Belmonte (2009), o jurista alemão Karl H. Ulrichs cunhou este termo em 1860, em substituição ao sodomita, para se referir ao relacionamento afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo em referência ao mito da Afrodite Urânia de Platão, que simbolizava o amor entre pessoas do mesmo sexo.

Desta forma, se os conhecimentos científicos contribuíram para descriminalizar a sodomia e para romper com os castigos desumanos do período colonial, também é verdade que substituíram os mecanismos de controle sobre a sexualidade humana e o modo como ela era abordada (PRETES; VIANA, 2007; TREVISAN 2018). A partir do século XIX, o deslocamento do olhar da heterossexualidade, como única forma possível e saudável de sexualidade, para as demais expressões sexuais fez com que os “desvios” da prática heterossexual se tornassem foco de atenção (BELMONTE, 2009). É neste contexto no qual o uranismo passa a ser visto como uma característica individual, inserido no campo da patologia e das perversões descritas pela psiquiatria da época, tornando o uranista uma espécie diferenciada de ser humano (BELMONTE, 2009; PRETES; VIANA, 2007).

Este momento histórico se torna de especial interesse por representar a condição histórica, política e social necessária para a transformação da relação afetiva e sexual entre pessoas do mesmo gênero em uma patologia. Para Belmonte (2009), a responsabilização da medicina pela produção de verdades sobre o sexo fez com que a sexualidade se tornasse um campo atravessado por processos patológicos e, portanto, passíveis de processos terapêuticos ou de normalização.

A mudança discursiva significativa que ocorreu com este novo paradigma é justamente a criação de uma nova identidade social. Hansen (1992 apud Belmonte, 2009) afirma que enquanto sodomia, o pecado encontrava-se no ato cometido, de modo que qualquer um poderia ser um sodomita, entretanto, quando este fenômeno passa a ser percebido como característica individual, não é preciso que a prática sexual aconteça, pois a definição recai sobre uma essência humana, a presença de um instinto sexual contrário, o que eleva a sexualidade a algo além do mero comportamento sexual.

Nesse sentido, o autor supra defende que a construção social da homossexualidade não partiu exclusivamente da medicina, uma vez que os próprios homossexuais, como viriam a ser chamados, encontraram neste diagnóstico uma maneira de reduzir a culpa que carregavam frente à sociedade, uma vez que a responsabilidade não mais encontrava-se nos atos, mas em instinto incontrolável (HANSEN, 1992 apud BELMONTE, 2009).

No que tange a passagem do Direito para a Medicina, o que se via como aquilo que despertou essa mudança foi as solicitações da jurisprudência para que a medicina legal e a psiquiatria produzissem pareceres sobre os casos que envolviam as

perversões sexuais, especialmente acerca dos possíveis danos à vítima (BELMONTE, 2009; TREVISAN 2018). No Brasil, ao longo do século XIX, os médicos, à luz da criminologia do italiano César Lombroso, preocuparam-se intensivamente em catalogar características fisiológicas e comportamentais que permitissem identificar os uranistas, além de elaborar terapêuticas para esta patologia, esforços que se revelaram sempre infrutíferos (TREVISAN, 2018).

Para os homens, as possíveis causas para o transtorno envolviam a alienação mental, falhas no desenvolvimento glandular, vida insalubre, alcoolismo, entre outros. Já para as mulheres, o discurso englobava a vivência em internatos, a literatura e a educação modernas, em específico esta última, pois teria retirado a mulher do lar e lhe mostrado novos horizontes (TREVISAN, 2018). Já os tratamentos, segundo o mesmo autor, envolviam profilaxias na infância, indução de nojo e aversão pela sua anormalidade, coito com homens/mulheres travestidos com roupas do sexo oposto, entre outros.

Para Belmonte (2009), o aumento gradual da intervenção da psiquiatria no campo jurídico levou a produção e a divulgação de conceitos psiquiátricos que colaboraram para a renovação da disciplina no início do século XX. Não coincidentemente, é neste período histórico no qual a figura clínica do homossexual surge pela primeira vez, criada em 1869 pelo médico austro-húngaro Karl Maria Kertbeny (TREVISAN, 2018). Para o autor, a ideia por trás da categoria do homossexualismo, como viria a ser chamado, era produzir um sistema de conhecimento mais objetivo e rigoroso, permitindo aos especialistas intervir física ou psicologicamente na anomalia do homossexual.

Com a fortificação dessa nova ideologia, os homossexuais não mais deviam ser punidos, mas sim tratados, adquirindo certa imputabilidade jurídica (BELMONTE, 2009; TREVISAN, 2018). Assim, como bem exposto por Belmonte (2009), diversos autores buscaram, durante o século XIX, construir teorias explicativas acerca das perversões sexuais, oscilando em seus postulados entre aspectos somáticos, fisiológicos e psíquicos. Entretanto, de acordo com Belmonte (2009), o interesse particular pela homossexualidade foi de imenso valor para o desenvolvimento do saber psiquiátrico sobre a sexualidade humana. Em certa dialética, psiquiatria, criminologia e medicina legal foram se construindo, concomitantemente, como as principais áreas de conhecimento científico pelas quais teorias sobre a

homossexualidade foram difundidas no início do século XX e como especialidades através da homossexualidade tomada como objeto de estudo (BELMONTE, 2009).

É importante ressaltar, todavia, que existiam estudiosos, já àquela época, que defendiam a não patologização da ou a não intervenção médica na relação entre iguais, como os médicos e sexólogos Havellock Ellis e Magnus Hirschfeld e o psiquiatra Albert Moll (BELMONTE, 2009).

A autora segue descrevendo as mudanças históricas sobre a patologização da homossexualidade, elencando um novo momento de destaque no início da segunda metade do século XX, quando a psiquiatria norte-americana buscava organizar as patologias mentais (BELMONTE, 2009). Em 1952, sob forte influência da psicanálise, a *American Psychiatric Association* (APA – Associação Americana de Psiquiatria) publicou a primeira edição do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM I – Manual Diagnóstico e Estatístico de Distúrbios Mentais) com basicamente 3 categorias diagnósticas: psicose, neurose e desvio da personalidade (MACEDO; SÍVORI, 2018). Conforme Kutchins e Kirk (1997 apud Macedo e Sívori, 2018), era nesta última categoria na qual a homossexualidade era diagnosticada.

Entretanto, com as novas edições do DSM, o manual se distanciava gradativamente da etiologia psicanalítica das patologias mentais, aproximando-se de concepções de base orgânica, abandonando a visão psicossocial em prol de uma rebiologização do mental (BELMONTE, 2009; MACEDO; SÍVORI, 2018). Conforme análise de Belmonte (2009), em suas primeira (1952) e segunda (1968) edições, o DSM previa, entre os transtornos de personalidade, o diagnóstico de homossexualismo. Entretanto, a terceira edição representou um novo marco na categorização das patologias mentais em relação às versões anteriores, obtendo destaque na psiquiatria mundial (MACEDO; SÍVORI, 2018).

Assim, o DSM-III retirou o diagnóstico “homossexualismo” de suas páginas em 1973, afirmando a relação entre iguais como comportamento normal e não uma doença mental (BELMONTE, 2009), entretanto, Macedo e Sívori (2018) destacam que tal movimento não representou o fim da patologização da homossexualidade, visto que o compendio norte-americano estabeleceu uma nova categoria, homossexualidade egodistônica, para se referir aos homossexuais em sofrimento por não aceitar sua atração sexual. Belmonte (2009) discorre sobre como esse novo diagnóstico representa uma recusa a uma essência da homossexualidade, deslocando a identificação como doença para o plano do sofrimento individual. Somente em 1987,

com a publicação da edição revisada do DSM III, que a homossexualidade definitivamente desapareceu como diagnóstico (BELMONTE, 2009).

Analisando este movimento de despatologização da homossexualidade pela APA, Kutchins e Kirk (1997 apud Macedo e Sívori, 2018) entendem haver quatro vertentes que contribuíram para tal, a saber: 1) as mudanças históricas no modo de compreender a homossexualidade, 2) o surgimento do movimento social gay, 3) as transformações da psiquiatria e de sua organização profissional e 4) uma disputa interna nesse campo a respeito da psicanálise. Entretanto, nas palavras de Drescher (2010 apud Costa e Nardi, 2015), o maior catalisador para a mudança no estatuto diagnóstico da homossexualidade não foi o avanço científico da época, mas o ativismo político dos movimentos sociais que pressionavam os diferentes setores da sociedade.

A luta por direitos para a população LGBTIA+ nos Estados Unidos remota a 28 de junho de 1969 em Nova Iorque, quando um bar famoso entre esta comunidade, *Bar Stonewall*, recebeu mais uma batida policial. Cansados da constante violência, as pessoas presentes resistiram aos policiais e iniciaram protestos e enfrentamentos contra a situação de opressão vivida (COSTA; NARDI, 2015). Data que hoje representa o Dia do Orgulho LGBT, este momento histórico desencadeou a organização política de lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans, movimento que cresceu vertiginosamente nos Estados Unidos, ganhando adeptos entre psiquiatras e resultando na retirada da homossexualidade do DSM (BELMONTE, 2009).

Quanto à Classificação Internacional de Doenças (CID) editada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), Belmonte (2009) diz que o diagnóstico de “homossexualismo” foi instaurado a partir da 6ª Revisão do documento, publicada em 1948, como uma das categorias de “desvio sexual” dentro de um campo maior de “personalidade patológica”. Com a 8ª Revisão, de 1965, o homossexualismo muda para a nomenclatura “homossexualidade” e é inserido na categoria “desvio e transtornos sexuais”.

Foi somente em 1992, com a publicação oficial da 10ª Revisão, que a CID retirou a homossexualidade do rol de doenças (BELMONTE, 2009). Mediante seu anúncio no dia 17 de maio de 1990, a data assumiu caráter social e político na luta contra a discriminação por orientação sexual. Entretanto, a Classificação da OMS pecou pelo mesmo erro encontrado no DSM III, visto a existência de uma categoria diagnóstica em específico que dá brechas para a patologização da diversidade sexual.

A categoria F66.1 - Orientação sexual egodistônica, apesar de não mencionar especificamente a homossexualidade, abre precedentes para a reinserção da diversidade sexual no campo das patologias e, por isso, conforme Diehl, Vieira e Mari (2014), a OMS pretende sua completa retirada na publicação da 11ª Revisão da CID.

Em âmbito nacional, Gonçalves (2019) discorre sobre os desdobramentos das discussões iniciadas nos campos da medicina e psicologia e nos movimentos sociais a partir da 9ª Revisão da CID. Sendo assim, Facchini (2009 apud Gonçalves, 2019) informa que com a abertura política vivenciada no Brasil no final da década de 1970, o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), potencializado pelo grupo Somos – Grupo de Afirmação Homossexual e pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), começou a se organizar politicamente para reivindicar direitos universais e civis plenos.

Frente a este contexto, parte dos movimentos homossexuais acordaram, através do primeiro encontro de grupos de militância homossexual ocorrido em 1979 e, posteriormente, no 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) em 1980, a exigir a despatologização da homossexualidade no Brasil (GAMA, 2019). Segundo a autora, com estes eventos, os militantes decidiram por exigir a exclusão do código 302.0 da CID adotado pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). A articulação consistia na criação de núcleos de estudo sobre a despatologização da homossexualidade junto a profissionais da saúde e no pressionamento da OMS, da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), do Conselho Federal de Medicina e do Conselho Federal de Psicologia (GAMA, 2019).

Apesar do grupo Somos ter iniciado a articulação das ações propostas, foi o GGB o responsável por liderar e levar adiante as reivindicações, organizando manifestações nos encontros anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), obtendo apoio do então ministro da Previdência Social, organizando um abaixo-assinado que contou com mais de 16 mil assinaturas, inclusive com a aprovação de instituições como a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Frente a mobilização realizada, em fevereiro de 1985, o Conselho Federal de Medicina atendeu à reivindicação e retirou do Código de Saúde do INAMPS o código 302.0, 5 anos antes da despatologização oficial pela OMS (GAMA, 2019).

Face a essas importantes conquistas, o movimento LGBT parecia ter alcançado as suas principais reivindicações, redirecionando suas frentes de atuação para outras



pautas (GONÇALVES, 2019). Entretanto, em julho de 1998 ocorre em Viçosa, Minas Gerais, o 3º Encontro Cristão sobre Homossexualismo promovido pela organização interdenominacional Exodus Brasil, e apoiado pelo Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos (CPPC), tendo como objetivo “oferecer saídas a homossexuais que desejam retornar ao heterossexualismo (BIANCARELLI, 1998).

O episódio gerou comoção entre os grupos militantes e os colocou em alerta mais uma vez. Em resposta, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) encaminhou ao Conselho Federal de Psicologia (CFP) um pedido de cassação dos profissionais envolvidos na reunião (BIANCARELLI, 1998). Entretanto, segundo Gonçalves (2019), à época, não existia nenhuma regulamentação ou orientação do CFP que tratasse de posicionamentos patologizantes de psicólogos frente à homossexualidade, o que impossibilitava sua atuação em relação àqueles profissionais.

Com a seriedade desse acontecimento, de acordo com Kahhale (2011, p. 21), se fez necessário ao CFP a reflexão e o posicionamento sobre o tema, resultando, então, na criação de um “grupo de trabalho para analisar e oferecer subsídios para discutir e fundamentar que a homossexualidade é uma possibilidade de expressão da sexualidade humana e de constituição do sujeito e não uma doença”. Como será discutido no capítulo seguinte, o resultado dos esforços empreendidos por este grupo foi a elaboração da Resolução 001, de 22 de março de 1999.

### 2.3 O QUE TEM DITO A PSICOLOGIA BRASILEIRA SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL: UM CAMPO DE DISPUTAS

Movido pelas denúncias que recebeu em 1998 dos movimentos sociais, o CFP se prontificou a averiguar os acontecimentos daquele encontro em Viçosa. Segundo Kahhale (2011), o órgão contatou o psicólogo envolvido no evento para identificar suas concepções sobre o assunto, deparando-se com um profissional fortemente atravessado por sua crença religiosa pessoal, entretanto, pela ausência de deliberação ou orientação sobre posicionamentos que patologizam a homossexualidade, havia pouco a ser feito.

Frente a isso, o CFP constitui um grupo de trabalho para se debruçar sobre o tema a partir de três critérios de inclusão de pesquisadores. O primeiro referia-se a alguém que realizasse trabalhos e pesquisas na área da diversidade sexual e o

escolhido foi Paulo Roberto Borges Seccarelli. Em seguida, buscou-se profissionais da área clínica que atendessem essa temática, resultando na inserção de Maria Rita Kehl e Ricardo Goldemberg. Por fim, o último critério dizia de psicólogos que estivessem em contato com jovens e com a temática da orientação sexual, contando, então, com a presença de Yara Sayão e Edna Maria Peters Kahhale. O grupo foi coordenado pela então presidente do CFP, Dra. Ana Mercês Bahia Bock (KAHHALE, 2011).

A autora segue sua narrativa destacando o quanto a diversidade teórica dos profissionais presentes no grupo serviu para construir as orientações e diretrizes presentes na Resolução 01/99. De início, o documento traz 6 considerandos para justificar as proposições construídas:

- considerando que o psicólogo é um profissional da saúde;
- considerando que na prática profissional, independentemente da área em que esteja atuando, o psicólogo é freqüentemente interpelado por questões ligadas à sexualidade;
- considerando que a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade;
- considerando que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão;
- considerando que há, na sociedade, uma inquietação em torno de práticas sexuais desviantes da norma estabelecida sócio-culturalmente;
- considerando que a Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações (CFP, 1999);

A partir de tal pressupostos e da literatura científica consultada, Kahhale (2011) afirma que o grupo entendeu não haver respaldo científico algum para patologizar as orientações sexuais e que, sendo a sexualidade humana um aspecto indispensável da subjetividade, o psicólogo será chamado a atuar e refletir sobre este fenômeno em qualquer âmbito no qual se insira. Ainda, em consonância com seu Código de Ética e pensando no quanto a diversidade sexual causava (e causa) incômodos na sociedade, era notória a necessidade de parâmetros para a atuação psicológica. Tais percepções norteiam fortemente os 4 artigos e 1 parágrafo único que foram construídos especificamente para o objetivo

- Art. 1º. – Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão notadamente aqueles que disciplinam a não discriminação e a promoção e bem-estar das pessoas e da humanidade.
- Art. 2º – Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.

- Art. 3º – os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.
- Parágrafo único – Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.
- Art. 4º – Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica (CFP, 1999).

Os dois primeiros artigos refletem os preceitos éticos da atuação profissional, seguindo a defesa dos direitos humanos e na promoção do bem-estar e na saúde desses indivíduos de maneira ativa e consciente. Para Kahhale (2011), o segundo artigo, em específico, desempenhava um importante parâmetro para o CFP nortear a formação e a atuação dos psicólogos. Já os dois últimos parágrafos apresentam posicionamento explícito e contrário a uma atuação profissional que trate as diferentes orientações sexuais como uma patologia, vedando a oferta de terapias de reversão sexual e de posicionamentos profissionais que contribuam com estigmatização e opressão da diversidade sexual.

Quanto a repercussão desta resolução, a autora conta que a normativa garantiu um prêmio internacional de uma instituição de defesa dos direitos humanos e outro nacional, do Grupo Gay da Bahia. Além disso, ela foi traduzida para o inglês, o espanhol e o francês ao ser apresentada em eventos internacionais. Foi em um congresso de direitos humanos da *American Psychological Association* (APA) que o CFP constatou ser a única entidade do mundo a possuir um “documento de orientação aos psicólogos na direção dos direitos humanos e da não patologização da homossexualidade” (KAHHALE, 2011, p. 23).

Como desdobramento, a APA constitui um grupo para construir normativas para solo americano e canadense e um grupo internacional para a discussão, dentro da Divisão dos Direitos Humanos, dos direitos sexuais.

Entretanto, não só de reações positivas valeu-se o trabalho do CFP. Um grupo brasileiro chamado Coletivo de Psiquiatras e Psicólogos Cristãos (CPPC) se manifestou de maneira contrária à Resolução 01/99. Kahhale (2011) diz que o CFP tentou dialogar diretamente com o coletivo, realizando levantamento bibliográfico extensivo para embasar o posicionamento assumido, porém o órgão percebeu que a ideologia sustentada pelo CPPC não era pautada em dados científicos, mas na crença

religiosa pessoal dos profissionais. Em resposta, o Sistema Conselhos se organizou para um Encontro sobre Ciência e Religião para aprofundar essas e outras discussões.

Apesar disso, a plena aceitação da diversidade sexual e do respeito aos direitos das pessoas com orientação sexual não heteronormativas ainda está longe de acontecer. Diversos setores da sociedade continuam com posturas patologizantes e discriminatórias, inclusive psicólogos.

Teixeira Filho (2011) afirma que por muito tempo a Psicologia foi instrumento para promover e potencializar a desigualdade entre as pessoas, gerando sofrimento psíquico. Em consonância, Costa e Nardi (2015) apontam como a ciência psicológica se fez presente na discriminação de pessoas não heterossexuais, principalmente em sua influência ao patologizá-la durante o século XX, como já descrito na subseção anterior. Citando Savin-Williams (2005), Teixeira Filho (2011) cita como exemplo as pesquisas de psiquiatras e psicólogos norte-americanos sobre o suicídio em adolescentes homossexuais e como este fenômeno era interpretado como consequência do “homossexualismo”, rejeitando o construto da homofobia.

Direcionando o debate para a realidade brasileira, este autor também discorre sobre como diversos grupos de psicólogos autointitulados evangélicos reclamam, em nome de supostos estudos científicos, o direito a oferecer uma cura para indivíduos não heterossexuais. Porém, analisando mais de perto, como o próprio CFP percebeu ao tentar diálogo com o CPPC, a relação entre religião e a rejeição à diversidade sexual não é ao acaso e reflete um movimento muito mais amplo.

O que ocorre é que, como defendido por alguns autores (GONÇALVES, 2019; MACEDO; SÍVORI, 2018; NATIVIDADE, 2006), as religiões cristãs, em especial as protestantes, encontram-se em expansão no Brasil e em sua maioria possuem um discurso de rejeição ao avanço dos direitos relacionados à diversidade sexual.

Natividade (2006), através de sua pesquisa, concluiu que os evangélicos brasileiros rejeitam concepções naturalistas sobre a sexualidade humana, pois a concebem à luz dos estereótipos dos gêneros masculino e feminino, de maneira que o natural, ditado por Deus, é somente o que permite a reprodução da espécie. A sexualidade é retirada do âmbito do prazer e circunscrita ao matrimônio e à reprodução, de forma que a heterossexualidade é compulsoriamente atribuída como única orientação sexual possível. Dessa forma, sexualidade e gênero

encontram-se sob domínio da religião, assumindo concepções cristalizadas, hierarquizadas e heteronormativas.

Portanto, a relação afetivo-sexual entre iguais é vista, sob essa ótica, como algo não natural, um comportamento apreendido via sofrimento e traumas psicológicos e/ou por influências espirituais demoníacas que pode, e deve, ser curado mediante, principalmente, o retorno ao papel de gênero socialmente estabelecido (NATIVIDADE, 2006). Trata-se de “remasculinizar” o homem e “refeminilizar” a mulher para devolvê-los ao julgo da hierarquia de gêneros.

Natividade (2006) defende que, ao ser a homossexualidade interpretada como fruto de experiências psicológicas traumáticas, Psicologia e religião se aproximam e tal encontro abre brecha para alguns psicólogos que compartilham dessa crença atuarem na cura do “homossexualismo”, buscando artimanhas para burlar a despatologização oficialmente estabelecida. Acerca deste fenômeno, Macedo e Sívori (2018) alertam para a importância de conceber a Psicologia no Brasil como palco de antagonismos que se estendem por diversos embates na política nacional, de modo que

[...] o atravessamento da identidade e prática profissionais por valores morais e dogmas religiosos e, sobretudo, a encenação pública de um debate que veicula argumentos pseudocientíficos que reconduzem a homossexualidade para o território do patológico só adquirem sentido se analisados como parte de um cenário maior, que constela a política sexual como questão de peso em processos políticos que afetam a democracia brasileira como um todo (p. 1417).

Sobre isso, Gonçalves (2019) entende haver uma grande disputa no Brasil pelo monopólio discursivo acerca da diversidade sexual, materializado, sobretudo, nos embates políticos acerca da Resolução 01/1999. Entretanto, as alianças engendradas pelo protestantismo brasileiro não se restringem à academia, invadindo, também, as organizações político-partidárias com uma agenda combativa em torno de pautas comuns, como gênero e sexualidade (GONÇALVES, 2019). Para o autor, este movimento reflete a politização reativa deste setor da sociedade em decorrência dos avanços nos direitos humanos destinados à população LGBTIA+, o mobilizando nos diversos âmbitos sociais na tentativa de coibir este progresso.

No campo legislativo, Gonçalves (2019) discorre sobre o fortalecimento no Congresso Nacional da representação política dos evangélicos, principalmente a

partir da criação da Bancada Constituinte dos Evangélicos e da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), em 2005. Sob essa bandeira, uniões táticas são formuladas por diferentes filiações partidárias e denominações religiosas em prol do combate a temas comuns através de projetos de leis, como casamento homossexual, aborto e drogas. Entretanto, a participação da sociedade civil neste movimento também é fato consumado, como será explicitado posteriormente sobre o caso de Rozangela Justino, assessora parlamentar do pastor e deputado federal Sóstenes Cavalcante (GONÇALVES, 2019).

Analisando a conjuntura social brasileira desde os protestos de 2013 até a presente data de seu estudo, o autor entende haver crescente visibilidade e fortalecimento do conservadorismo no Brasil, sintetizado, entre outros aspectos, numa agenda contrária aos direitos de minorias sexuais e de gênero. Constituída a partir da aliança entre católicos, evangélicos e outras bancadas conservadoras do Legislativo, essa aliança atua, principalmente, através da criação de pânico moral acerca de determinados temas (GONÇALVES, 2019).

Em consulta ao site da Câmara dos Deputados, até setembro de 2020, a FPE conta com 198 políticos, cerca de 34% do total de deputados na Casa, dispendo de força suficiente para barrar projetos de leis destinados aos direitos da comunidade LGBTIA+ (TREVISAN, 2013; GONÇALVES, 2019). Grande exemplo disso, em 13 de junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal do Brasil julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26 entendendo haver no Congresso Nacional uma omissão inconstitucional em criminalizar a homofobia e a transfobia, de forma que o Poder Judiciário precisou estabelecer, até a aprovação de uma lei específica pelo Legislativo, a equiparação legal dessas discriminações ao racismo, já criminalizado pela Lei 7.716/1989 (STF, 2019).

O autor discute em seu trabalho as diversas tentativas orquestradas por parlamentares desta frente de aprovar projetos de leis destinados a combater a Resolução 01/1999 do CFP, como o Projeto de Decreto Legislativo PDC 234/2011 do deputado João Campos que propunha sustar os artigos 3º e 4º da normativa. O projeto tramitou até julho de 2013, quando, após pressão dos movimentos sociais, da sociedade civil, do CFP e diversas outras entidades científicas e políticas, o deputado pediu o arquivamento do PDC. Em iniciativa semelhante, outros dois Projetos foram propostos em 2016, um pelo deputado Ezequiel Teixeira, visando a autorização das terapias de reversão sexual (PL

4931/16), e outro pelo deputado Eurico da Silva, buscando sustar os efeitos da Resolução supra (GONÇALVES, 2019). O ponto em comum nestes parlamentares é a afiliação aberta e íntima com a denominação evangélica.

Apesar disso, todas as iniciativas em âmbito legislativo têm sido vencidas, seja pelo arquivamento ou por sua retirada de tramitação, todavia, os mesmos atores agora se organizam para atacar a normativa do CFP em âmbito judiciário, como o episódio ocorrido no Distrito Federal e narrado na introdução deste trabalho.

Segundo Degani-Carneiro (2018), desde 1990 o setor evangélico brasileiro passou a realizar um grande investimento na Psicologia, seja pelo interesse dos líderes e fiéis pela Psicologia enquanto profissão leiga ou pelo uso de arcabouços teórico-práticos dessa ciência nas atividades eclesiais. Desta forma, como mencionado, posturas patologizantes por parte de psicólogos acerca da diversidade sexual não refletem um simples atravessamento da identidade profissional pelas crenças religiosas pessoais, mas um projeto político elaborado de expansão do protestantismo brasileiro que se insere nos diversos âmbitos da sociedade brasileira para executar sua agenda.

Quanto a isso, cabe mencionar o exemplo de duas psicólogas autointituladas cristãs, Rozangela Justino e Marisa Lobo. Conforme Macedo e Sívori (2018), Justino se popularizou após conceder diversas entrevistas nas quais abordava sua prática e seu discurso em favor da “reversão da homossexualidade” e suas repercussões no âmbito profissional e na sociedade. Após diversas denúncias, Rozangela, à época membro do CPPC, tornou-se a primeira psicóloga punida com censura pública por infringir Resolução 01/1999.

Em uma de suas entrevistas, cabe mencionar algumas de suas falas. Primeiramente quanto à homossexualidade, Justino diz ser

É uma doença. É uma doença que estão querendo implantar em toda sociedade. Há um grupo com finalidades políticas e econômicas que quer estabelecer a liberação sexual, inclusive o abuso sexual contra criança. Esse é o movimento que me persegue e que tem feito alianças com conselhos de psicologia para implantar a ditadura gay (FOLHA DE SÃO PAULO, 2009).

Aqui fica evidente a atuação frente ao tema pautada na criação de pânico moral, como descrito anteriormente, associando a defesa pelos direitos de LGBTIA+ como a defesa da pedofilia e à criação de uma “ditadura gay”, na qual se buscaria a proibição da heterossexualidade. Não é preciso dizer que tais alegações são falsas e

servem exclusivamente para veicular a imagem deste movimento social a fenômenos abominados pela sociedade, possuindo nenhuma ligação com a realidade.

Perguntada sobre as origens da homossexualidade e sobre as peculiaridades do tratamento por ela oferecido, a psicóloga afirma

À expectativa dos pais, que querem que o filho nasça menino ou menina. Projetam na criança todos os anseios. E daí começam a conduzir a sua criação como se você fosse uma menina. Outra causa mais grave é o abuso sexual na infância e na adolescência. Normalmente o autor do abuso o comete com carinho. Então a criança pode experimentar prazer e acabar se fixando. [...] É um tratamento normal, psicoterápico. Todas as linhas psicológicas consagradas e vários teóricos declaram que a homossexualidade é um transtorno. A psicanálise a considera como uma perversão a ser tratada. À medida em que a pessoa vai se submetendo às técnicas psicoterápicas, vai compreendendo porque ficou presa àquele tipo de comportamento e vai conseguindo sair. Não há nada de tão misterioso e original na minha prática. Sou uma profissional comum. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2009).

Aqui, Rozangela adere ao movimento descrito por Natividade (2006) e atribui uma causa externa e psicológica/traumática para a não heterossexualidade, alcançando a justificativa necessária para uma atuação profissional. Para a descrição de seu trabalho, a psicóloga traz alegações mentirosas e/ou distorcidas sobre as teorias psicológicas, novamente fortalecendo uma narrativa justificada, agora pela pseudociência. Como o próprio CFP concluiu através da revisão da literatura científica acerca do tema, não há qualquer indício de que orientações sexuais não heteronormativas constituam patologia (KAHHALE, 2011).

A profissional seguiu com suas práticas sob intensa crítica dos movimentos sociais até 2009. Neste momento, Justino foi alvo de um processo que pedia a cassação de seu registro profissional, porém apenas sofreu uma censura pública (GONÇALVES, 2019). Após esse episódio, Rozangela declarou em carta aberta à sociedade brasileira que cessaria os atendimentos àqueles que voluntariamente desejassem deixar a homossexualidade (MACEDO; SÍVORI, 2018). A partir deste momento, a visibilidade de Justino diminuiu drasticamente, até 2013, quando as discussões por conta do já citado PDC 234/11 reascenderam os debates acerca de sua atuação.

Todavia, Rozangela não parece ter abandonado sua visão sobre a diversidade sexual. Atualmente, é assessora parlamentar de Sóstenes Cavalcante, liderança do partido Democratas na Câmara apadrinhado pelo pastor Silas Malafaia (GONÇALVES, 2019), e foi responsável pela Ação Popular movida no Distrito Federal em 2017



pedindo a suspensão dos efeitos da Resolução 01/1999 do CFP, indicando que sua atuação combativa frente à diversidade sexual segue firme, mesmo que por outras vias.

Outro caso de destaque é o de Marisa Lobo, psicóloga radicada no Paraná. Conforme a análise de Macedo e Sívori (2018), Marisa atua como psicóloga clínica e pastora evangélica, oferecendo cursos como “Desconstruindo a ideologia de gênero” e “Reorientação cultural”. Quanto a este último, na divulgação, os autores afirmam ser possível ler no canto da página, em letras menores, “reorientação sexual”, sinalizando para o que entendem ser uma das vertentes de atuação dessa profissional.

Marisa marcou presença na audiência pública presidida por Marco Feliciano na Comissão de Seguridade Social e Família para discutir o já citado PDC 234/11, argumentando que “não definir a homossexualidade como doença é um argumento questionável”, uma vez que a retirada da homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças em 1990 teria ocorrido por votação, tentando questionar a veracidade científica do evento (GONÇALVES, 2019, p. 190). Ainda, segundo o autor, ela também já participou, em 2015, de uma audiência publicada promovida pelo deputado Marco Feliciano destinada a falar sobre pessoas que deixaram de ser homossexuais.

Em 2012, Marisa concedeu uma entrevista a Julio Severo na qual aborda seus posicionamentos sobre esse e outros temas. Questionada sobre sua visão a respeito da homossexualidade, diz

Como psicóloga respeito a OMS, que diz que não é doença e não podemos trata como tal, porém distúrbio de identidade social existe, é doença. O travestismo está no CID 10 inscrito como doença. Para a psicologia, que só aceita a medicina em partes quando lhe convém, é orientação apenas (SEVERO, 2012).

Nesse trecho, a psicóloga demonstra uma falsa aceitação da despatologização feita pela OMS, como pode ser visto em sua referência ao que chamou de “travestismo”, tentando, por meio de comparação, retirar a credibilidade da decisão do órgão. Já sobre os posicionamentos do Conselho Federal e sobre o processo de cassação que enfrentou em 2011, Lobo afirma

Eles são militantes de ideologias, políticas, de orientação sexual, de ateísmo, e destilam seu ódio e preconceito contra os cristãos, principalmente os evangélicos. Mas a resposta está clara: o Cristianismo fala abertamente sobre homossexualidade. Então, eles querem nos destruir por sermos

cristãos. Eles combatem a Bíblia punindo quem a segue, por preconceito religioso

Outra vez fica evidente o uso do pânico moral como ferramenta política em prol da agenda ideológica defendida. Marisa Lobo atribui como explicação ao processo sofrido a tendência do CFP em perseguir e “destruir” os cristãos e a Bíblia, retirando a responsabilidade de suas falas e práticas na defesa das terapias de reversão sexual. Em outro trecho desta entrevista, Marisa chega a levantar a possibilidade de uma possível aceitação por parte da Psicologia da pedofilia como orientação sexual, informando que psicólogos canadenses já a entendiam desta forma. O apego a uma fantasiosa defesa da pedofilia por parte do que chamam de “movimento gay” parece argumento central nos discursos desses indivíduos.

De forma mais direta do que a adotada por Justino, Marisa Lobo também adentrou o mundo político-partidário, se filiando ao Partido Social Cristão (PSC/PR) para concorrer, sem sucesso, a uma vaga de Deputada Federal em 2014. Conforme Macedo e Sívori (2018), a legenda era, à época, compartilhada por figuras como Jair Bolsonaro e Marco Feliciano, políticos publicamente conhecidos por suas posturas homofóbicas e contrárias aos direitos humanos. Novamente, em 2016, Marisa concorreu nas eleições municipais, agora pelo partido Solidariedade, mas não foi eleita.

Atualmente, Marisa concorre à prefeitura de Curitiba pelo partido Avante, se definindo como, segundo seu perfil na rede social *Twitter*, psicóloga, cristã e conservadora, defendendo pautas contrárias ao aborto, à ideologia de gênero<sup>3</sup>, à legalização da maconha, etc. Por seus posicionamentos, a psicóloga já foi cassada pelo Conselho Regional de Psicologia do Paraná em 2012, mas recorreu da decisão e foi absolvida pelo CFP em 2015. Agora, além do âmbito profissional, Lobo esforça-se para obter cargo político e continuar na defesa de sua agenda ideológica.

Mesmo que, desde 1990, conforme dito por Degani-Carneiro (2013), o CFP tem convergido sua visão e sua atuação para as pautas levantadas por movimentos sociais na defesa dos direitos humanos, julga-se relevante a exposição desses discursos contrários à diversidade sexual. Apesar da autarquia delimitar o

---

<sup>3</sup> Segundo Ferreira (2015 apud Neves e Silva, 2018), ideologia de gênero é um termo utilizado por setores contrários às pautas LGBT que visa causar pânico moral, difundindo que a defesa dessas políticas tem como objetivo uma revolução socialista que só será concretizada mediante a destruição da família e a perversão dos sexos.

posicionamento oficial da Psicologia no Brasil frente a assuntos diversos, não se pode negar que Rozangela Justino e Marisa Lobo, assim como os membros do CPPC e tantos outros profissionais, também fazem parte dessa ciência e estabelecem neste campo suas concepções contrárias.

A partir de Macedo e Sívori (2018), essa arena de debate não diz de uma oposição simplificada entre ciência e religião ou religiosos e Estado laico, de maneira a ser possível separar estes psicólogos da Psicologia em si, mas uma articulação complexa na qual os diferentes atores se localizam estrategicamente em um lado ou outro das dicotomias, atuando suas ideologias.

Sendo assim, na visão dos autores, a expansão do evangelismo pentecostal e neopentecostal através, principalmente, da expressiva atuação dos seus líderes na política parlamentar “significou que um contingente crescente de profissionais de diversas áreas colocasse sua prática ao serviço das convicções morais e dos interesses corporativos da sua religião” (MACEDO; SÍVORI, 2018, p. 1430). No que concerne à ciência psicológica, este fenômeno cedeu protagonismo aos profissionais que defendem uma abordagem patologizante da diversidade sexual, a despeito do consenso científico e do marco regulatório do CFP.

Na disputa pelo que Gonçalves (2019) chamou de monopólio argumentativo e discursivo sobre o tema, esses atores religiosos articulam-se e inserem-se de diferentes maneiras e em diversos lugares como forma de reação à conquista de cidadania por LGBTIA+ nos últimos 20 anos. Para o autor, essa batalha é travada através de dois pontos: o primeiro é a produção de novas categorias identitárias (ex-homossexuais e homossexuais egodistônicos), fazendo alusão aos direitos humanos para fortalecer e defender estes sujeitos e a crença na reversão sexual. A segunda é, paradoxalmente, o rechaço à noção de direitos humanos e de políticas públicas para combate da discriminação motivada por orientação sexual e por gênero (GONÇALVES, 2019).

Entende-se que esta concepção vai de encontro à leitura que Macedo e Sívori (2018) fazem sobre este fenômeno. Ao olhar para os sucessivos entraves em âmbito legislativo e judiciário em torno da Resolução 01/1999 e dos posicionamentos públicos de alguns psicólogos favoráveis às terapias de reversão sexual, os autores defendem haver no país uma tentativa contínua de legitimação e fortalecimento das vozes que enxergam a diversidade sexual como patologia.

Por meio dessa atuação, Macedo e Sívori (2018) entendem haver três consequências em planos distintos. Pelo discurso médico-psicológico, fala-se em egodistonia ou em traumas psicológicos, promovendo uma repatologização da diversidade sexual por meio da controvérsia. Na ordem moral, vale-se do julgamento da homossexualidade como impulso impuro, maldoso e associado a desordens, legitimando formas explícitas e implícitas de violência. No âmbito religioso, reforça-se uma visão singular da laicidade, permitindo, em nome da liberdade religiosa, o alinhamento de políticas públicas ou práticas pretensamente científicas com princípios e valores religiosos.

Nesse sentido, o monopólio argumentativo, proposto por Gonçalves (2019), em Macedo e Sívori (2018) se manifesta como arbitrariedade acerca do tema. Por meio da articulação com parlamentares e a proposição de projetos de lei, pelas falas públicas acerca do tema e pelas ações em âmbito jurídico, estes segmentos da sociedade transformam o consenso científico acerca da diversidade sexual como possibilidade humana em uma mera questão facultativa, indicando a existência de outras “opiniões” tão igualmente corretas quanto e rejeitando a materialidade de fato consumado.

Sendo assim, que pese as normativas produzidas pelo Conselho Federal de Psicologia como posicionamento oficial da Psicologia brasileira acerca do tema, em especial a Resolução 01/1999, entende-se que o assunto ainda é palco de conflitos dentro desta ciência, numa disputa envolvendo atores com convicções religiosas específicas e conhecidas.

Mesmo não se tratando de posicionamento oficial e sendo faceta de um evento maior na política nacional, como ilustrado acima, é inegável que esses discursos também compõem a Psicologia no Brasil e pressionam politicamente por legitimidade discursiva, de forma que a defesa da diversidade sexual na ciência psicológica é maioria acadêmica e institucional, mas é, também, diária e constante.

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa consiste em uma revisão sistemática da literatura com posterior análise bibliométrica, enquadrando-se, quanto aos seus objetivos, como um estudo descritivo e exploratório. De acordo com Gil (2008), a pesquisa descritiva visa principalmente o detalhamento de características de uma população ou o estabelecimento de relação entre variáveis, buscando entender como determinado fenômeno se manifesta. Já a pesquisa exploratória objetiva-se a fornecer mais informações sobre o problema a ser investigado para, através de uma visão mais abrangente, desenvolver, esclarecer e modificar ideias e conceitos sobre ele, tornando-o mais explícito (GIL, 2008).

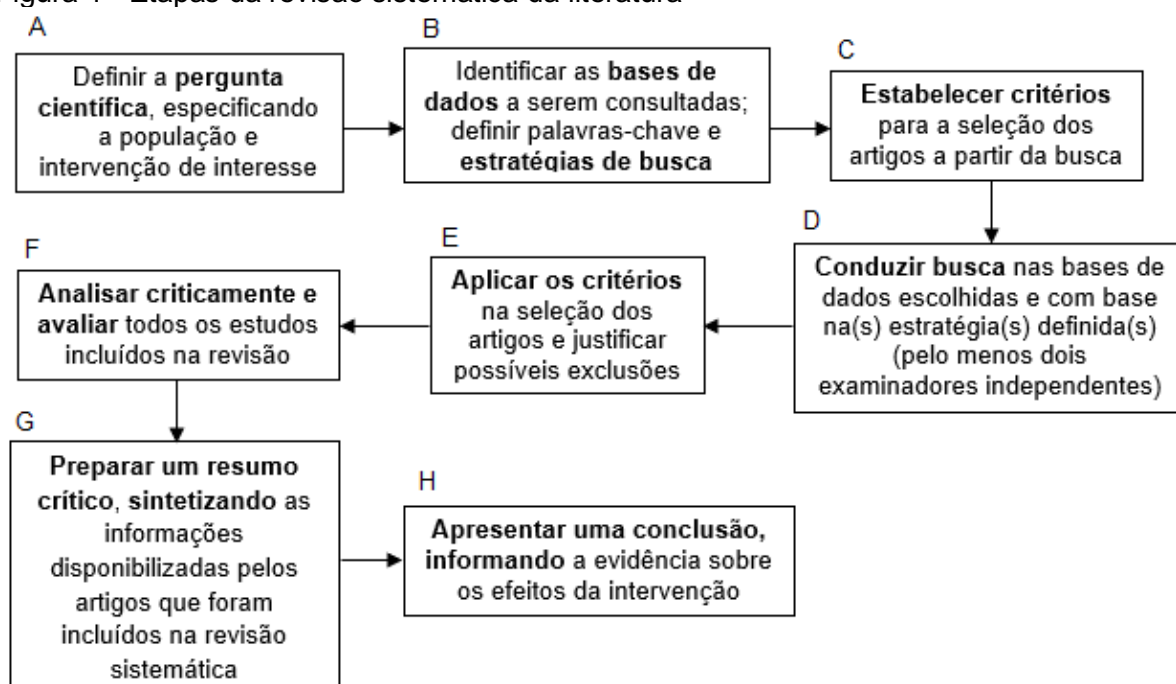
Sendo assim, procura-se primeiramente mapear e compreender os diferentes modos de abordagem da diversidade sexual pela Psicologia brasileira após a despatologização da homossexualidade em 1990 e, lançando mão deste achado, descrever as características e as particularidades da produção científica acerca do tema. Para isso, optou-se pela revisão sistemática da literatura combinada com análise bibliométrica como metodologia para obter um quadro amplo e descritivo do estado da arte sobre a diversidade sexual no Brasil à luz da Psicologia.

Para Sousa e Ribeiro (2009), a revisão sistemática da literatura diz de uma revisão planejada da produção científica através do uso de métodos sistemáticos para a identificação, seleção e avaliação críticas de estudos pertinentes a um problema de pesquisa. Sampaio (2008) entende ser a bibliometria um processo de quantificação da literatura científica através do qual se analisará, entre outros tipos de materiais, volume de publicações, a produtividade dos autores e as revistas.

#### 3.1 COLETA DE DADOS

A revisão sistemática foi feita a partir dos parâmetros estabelecidos por Sampaio e Mancini (2007):

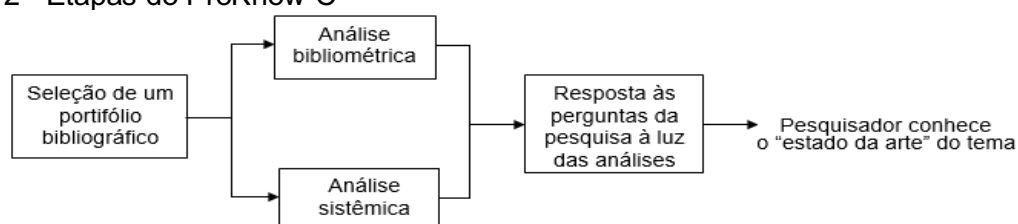
Figura 1 - Etapas da revisão sistemática da literatura



Fonte: Adaptado de Sampaio e Mancini (2007).

Dentro do método de revisão sistemática, optou-se pelo uso do protocolo ProKnow-C (*Knowledge Development Process-Constructivist*) proposto, segundo Essilin, Essilin e Pinto (2013), por Ensslin e Ensslin (2007) e Ensslin et al. (2010) no Laboratório de Metodologias Multicritério em Apoio à Decisão (LabMCDA), vinculado ao Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas da Universidade Federal de Santa Catarina,. De acordo com os autores supra, este processo permite realizar um mapeamento do conhecimento a partir das delimitações, percepções do tema e motivações do pesquisador. Para tal, o processo é composto por quatro fases, a saber: (a) seleção do portfólio de artigos sobre o tema pesquisado; (b) análise bibliométrica do portfólio; (c) análise sistêmica e (d) resposta às perguntas de pesquisa (ESSILIN; ESSILIN; PINTO, 2013).

Figura 2 - Etapas do ProKnow-C



Fonte: Adaptado de Tasca, Ensslin, Ensslin e Alves (2010) apud Esslin, Esslin e Pinto (2013)

### **3.1.1 Acerca da seleção do portfólio bibliográfico**

O primeiro momento do processo consistiu no agrupamento de artigos em um portfólio, possibilitando aos pesquisadores a reunião de diversos estudos relacionados ao tema da pesquisa obtidos por meio de suas percepções e delimitações (ESSLIN; ESSLIN; PINTO, 2013).

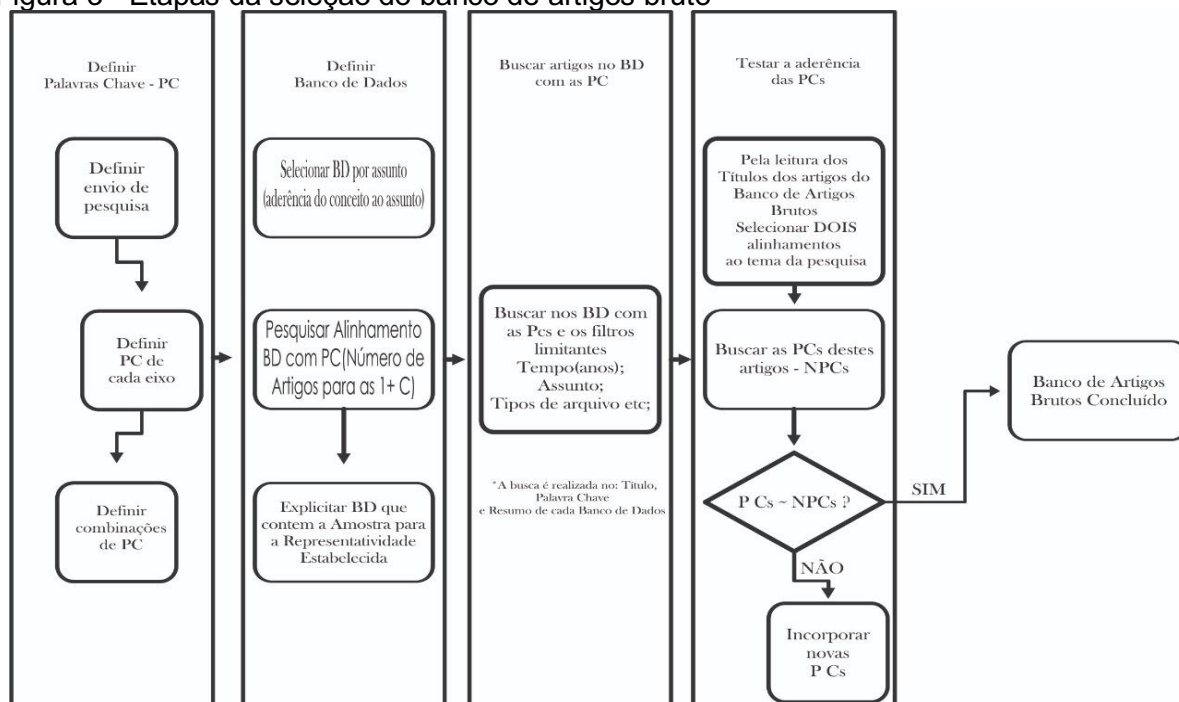
Segundo estes autores, esta etapa se subdivide em: (a) selecionar artigos nas bases de dados que comporão o Banco de Artigos Bruto (BAB); (b) filtrar os artigos selecionados a partir dos objetivos da pesquisa e (c) testar a representatividade do portfólio bibliográfico. O resultado dessa etapa é chamado de Portfólio Bibliográfico (PB) e consiste num conjunto de artigos marcados como relevantes para o estudo pelos pesquisadores (ESSLIN; ESSLIN; PINTO, 2013).

### **3.1.2 Seleção do banco de artigos bruto**

Anterior ao processo de seleção do Banco de Artigos Bruto, Esslin, Esslin e Pinto (2013) delimitam a necessidade de se definir os eixos de pesquisa para direcionar a construção do conhecimento necessário acerca do tema. Uma vez definidos, parte-se para a formação do BAB, também subdividida em quatro momentos: (a) definição das palavras-chave; (b) definição da base de dados; (c) busca pelos artigos nas bases de dados com as palavras-chave e (d) realização de teste de aderência das palavras-chave (ESSLIN; ESSLIN; PINTO, 2013).

Para este estudo, foram utilizados os eixos de pesquisa: “a produção científica da Psicologia brasileira” e “a diversidade sexual”. Com os eixos definidos, houve o estabelecimento de palavras-chave para cada um deles. Para o primeiro, optou-se pelas palavras “Psicologia”, “Brasil” e “Brazil” e, para o segundo, “homossexua\*”, “opção sexual”, “opções sexuais”, “orientação sexual”, “orientações sexuais”, “bissexua\*”, “diversidade sexual”, “patologização”, “despatologização”. A base de dados escolhida para o trabalho foi o Portal de Periódicos CAPES via acesso institucional na Comunidade Acadêmica Federada (CAFe).

Figura 3 - Etapas da seleção do banco de artigos bruto



Fonte: Adaptado de Tasca, Ensslin, Ensslin e Alves (2010) apud Esslin, Esslin e Pinto (2013)

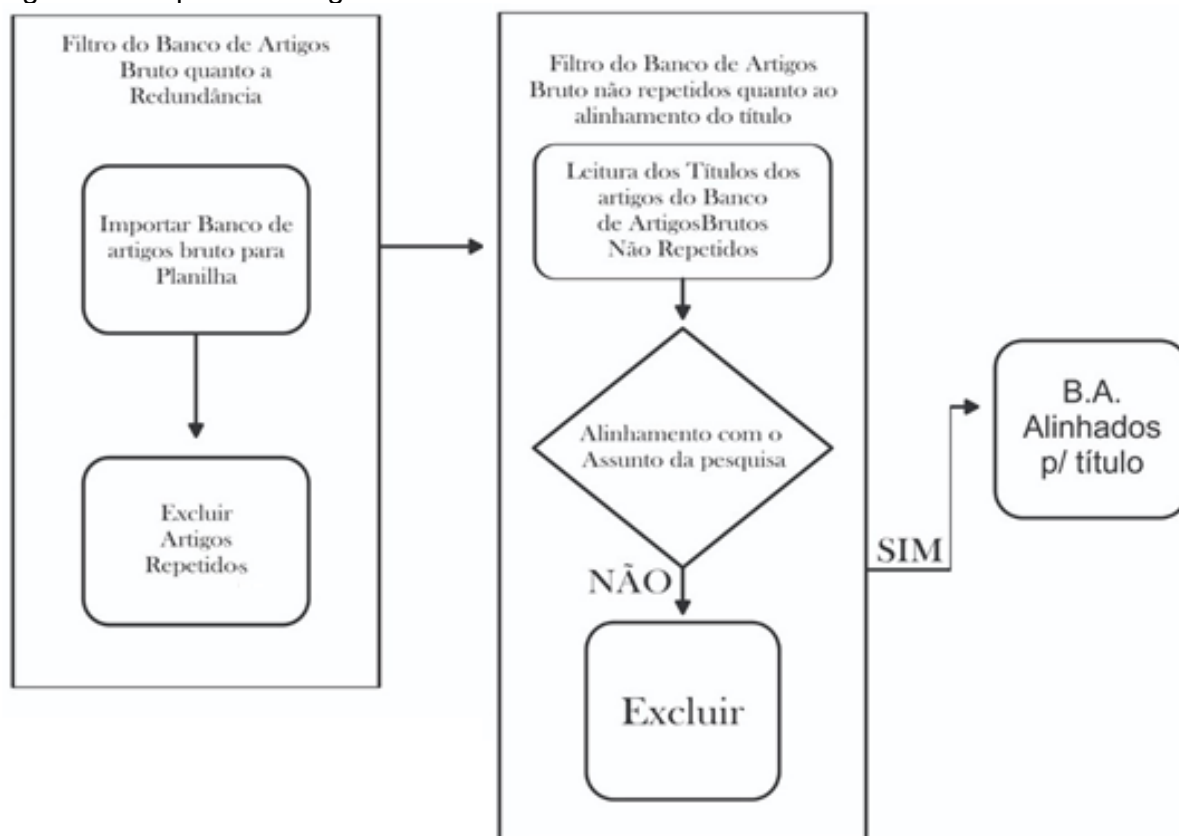
Após a pesquisa na base de dados, realizada em maio de 2020, através das palavras-chave escolhidas, os seguintes filtros foram aplicados: a) artigos, b) publicação em periódicos revisados por pares e c) entre os anos de 1990 e 2020 e d) estar no idioma português. Houve o retorno de 274 artigos.

### 3.1.3 Filtragem do banco de artigos brutos

Tratou-se da segunda fase de seleção do banco na qual há a filtragem dos artigos presentes no BAB através de alguns aspectos respectivos, a saber (a) a presença de artigos repetidos/redundantes; (b) o alinhamento dos títulos dos artigos com o tema; (c) o reconhecimento científico dos artigos; (d) alinhamento dos resumos com o tema e (e) a disponibilidade dos artigos na íntegra nas bases (ESSLIN; ESSLIN; PINTO, 2013). As figuras a seguir esboçam essa dinâmica.



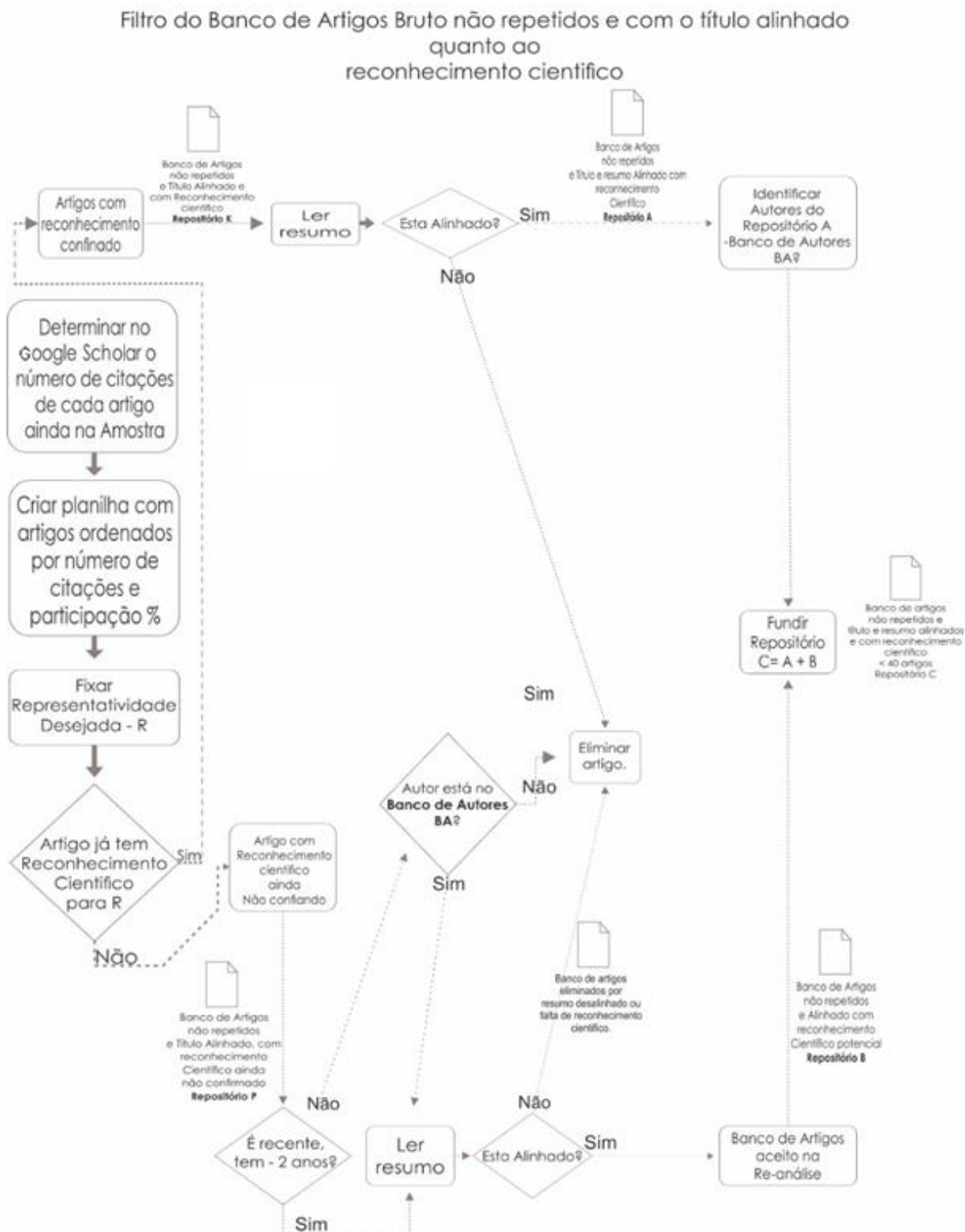
Figura 4 - Etapas da filtragem do banco de dados



**Fonte:** Adaptado de Tasca, Ensslin, Ensslin e Alves (2010) apud Esslin, Esslin e Pinto (2013)

Para esta etapa de filtragem, os critérios de exclusão utilizados foram: a) a não menção ou indicação, em algum nível, da presença do tema da diversidade sexual; b) abordagem exclusiva da diversidade de gênero e c) aparente pertencimento a outra área do saber que não à Psicologia. Cabe mencionar, ainda, que após a obtenção dos artigos com reconhecimento científico comprovado, houve uma subetapa de repescagem dos artigos excluídos neste momento. A figura abaixo apresenta o desenho completo do processo de filtragem para a obtenção do PB (Repositório C) através do Protocolo *ProKnow-C*.

Figura 5 - Etapas da filtragem do Banco de Artigos  
Filtragens do Banco de artigos



Fonte: Adaptado de Tasca, Ensslin, Ensslin e Alves (2010) apud Esslin, Esslin e Pinto (2013)

### 3.1.3. Teste de representatividade do portfólio bibliográfico

Nesse momento, buscou-se analisar aspectos como: a) as referências bibliográficas citadas nos artigos do portfólio bibliográfico (PB), restringindo-se ao espaço temporal considerado para o estudo; b) identificação, através do Google Acadêmico, da quantidade de citações que tais artigos possuem, o que permite estabelecer o grau de representatividade de cada artigo e sua relevância científica (ESSLIN; ESSLIN; PINTO, 2013).

## 3.2 ANÁLISE DOS DADOS

Com o término do procedimento de seleção dos artigos componentes do PB, a análise bibliométrica foi realizada mediante o uso da estatística descritiva, valendo-se do *software Microsoft Excel* para expor, agrupar, elaborar e organizar os dados, conforme poderá ser observado na seção dos resultados. A análise sistemática dos artigos, por sua vez, foi elaborada mediante a leitura crítica dos artigos e a síntese das principais características metodológicas e dos resultados encontrados, buscando, além disso, identificar categorias temáticas nos artigos estudados.

## 4 RESULTADOS

Seguindo os procedimentos do protocolo *ProKnow-C*, a etapa de seleção dos artigos ocorreu em maio de 2020 e foi realizada no portal de periódicos CAPES através do acesso CAFe pela Universidade de Taubaté. A busca foi feita seguindo a seguinte configuração: “Psicologia AND (Brasil OR Brazil) AND (homossexua\* OR "opção sexual" OR "opções sexuais" OR "orientação sexual" OR "orientações sexuais" OR bissexua\* OR "diversidade sexual" OR patologização OR despatologização)”.

Os trabalhos encontrados foram selecionados mediante os seguintes filtros: artigos, em periódicos revisados por pares, publicados entre 1990 e 2020 e no idioma português. Assim, os dados dos 274 artigos resultantes foram transferidos para o *software Microsoft Excel 365*, compondo o Banco de Artigos Bruto (BAB).

Em seguida, deu-se início à filtragem das produções. Através da leitura dos títulos, foram excluídos os artigos repetidos e aqueles julgados como não alinhados ao tema, retirando-se os trabalhos que a) não mencionassem ou indicassem, de alguma forma, a presença do tema da diversidade sexual; b) abordassem exclusivamente a diversidade de gênero e c) aparentassem pertencer exclusivamente a outra área do saber que não à Psicologia. Assim, 215 artigos foram excluídos.

Com isso, verificou-se o reconhecimento científico dos 59 trabalhos restantes através da análise do número de citações de cada um no *Google Scholar*. Baseando-se no Princípio de Pareto, a representatividade desejada estabelecida foi de que 20% dos artigos (aproximadamente 12) deveriam conter 80% (cerca de 877) do número total de citações (1096). Os trabalhos foram classificados em ordem decrescente de citações e os valores dos 12 primeiros foram somados, porém a porcentagem necessária não foi atingida, levando à seleção dos décimos terceiro e quarto trabalhos. Os autores destes 14 artigos compuseram o Banco de Autores (BA). Ao estabelecer os trabalhos cientificamente reconhecidos, os excluídos (45 num total) foram agrupados em um banco de repescagem para reavaliação segundo dois critérios: artigos publicados nos últimos dois anos (2018 a 2020) cujo título se alinhe ao tema pesquisado e artigos publicados antes de 2018 cujo autor conste no BA. Após esta etapa, 8 novas produções foram adicionadas às 14 já selecionadas, totalizando 22 trabalhos.

Ao final da seleção, estes artigos tiveram seus resumos lidos, momento no qual um trabalho foi excluído, e, posteriormente, foram lidos integralmente. Finalmente, o Portifólio Bibliográfico (PB) foi obtido após a exclusão de 7 trabalhos na última etapa, resultando em um montante de 14 produções científicas. O quadro a seguir descreve os trabalhos selecionados para o PB após a aplicação do protocolo.

Quadro 1 - Portifólio Bibliográfico sobre a produção da Psicologia brasileira acerca da diversidade sexual após sua despatologização

#	Ano	Autores	Título	Periódico	Citações
1	2002	LACERDA, M; PEREIRA, C; CAMINO, L;	Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais	Psicologia: Reflexão e Crítica	223
2	1997	FÉRES-CARNEIRO, T.	A escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade	Psicologia: Reflexão e Crítica	96
3	2010	GARCIA, A.; SOUZA, E. M.	Sexualidade e trabalho: estudo sobre a discriminação de homossexuais masculinos no setor bancário	Revista de Administração Pública-RAP	73
4	2013	CECÍLIO, M. S.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A.	Produção científica sobre adoção por casais homossexuais no contexto brasileiro	Estudos de Psicologia (Natal)	53
5	2006	SCARDUA, A.; SOUZA FILHO, E. A.	O debate sobre a homossexualidade mediado por representações sociais: perspectivas homossexuais e heterossexuais	Psicologia: Reflexão e Crítica	45
6	2012	BARCINSKI, M.	Expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de se "transformar em homem" na prisão	Psico-USF	35
7	2012	NARDI, H. C.; RIOS, R. R.; MACHADO, P. S.	Diversidade Sexual: políticas públicas e igualdade de direitos	Athenea Digital	21
8	2014	GATO, J.; FONTAINE, A. M.; LEME, V. B. R.	Validação e adaptação transcultural da escala multidimensional de atitudes face a lésbicas e a gays	Psicologia: Reflexão e Crítica	21
9	2011	SANTOS, C. B.; COSTA, A. B.; CARPENEDO, M.; NARDI, H. C.	A diversidade sexual no ensino de Psicologia: o cinema como ferramenta de intervenção e pesquisa	Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)	12
10	2019	MACEDO, C. M. R.; SÍVORI, H. F.	Repatologizando a homossexualidade: a perspectiva de "psicólogos cristãos" brasileiros no século XXI	Estudos e Pesquisas em Psicologia	2
11	2018	NEVES, A. L. M.; SILVA, I. R.	Aspectos motivacionais de professoras/es em projetos de igualdade de direitos às pessoas LGBTT na escola	Perspectivas en Psicología	1
12	2019	NETO, A. A. P.; ROCHA, M. C.; LINHARES, T. S.; LEAL FILHO, E. A.; SANTOS, J. V. O.; ARAÚJO, L. F.	Homofobia en el contexto escolar/educacional: las representaciones sociales de profesores brasileños	Perspectivas en Psicología	0
13	2019	CORTEZ, P. A.	Sexismo, misoginia e LGBTQ fobia: desafios para promover o trabalho inclusivo no Brasil	Physis	0
14	2019	SILVA, L. B.; ALÉSSIO, R. L. S.	Revisão sobre a utilização da teoria das representações sociais nos estudos sobre homofobia no Brasil	Estudos e Pesquisas em Psicologia	0

Fonte: dados da pesquisa.

#### 4.1 ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

Como mencionado acima, o PB conta com 14 artigos publicados em 9 periódicos de Psicologia diferentes, revelando a diversidade de formas de se abordar o tema. As revistas que mais tiveram destaque foram, respectivamente, “Psicologia: Reflexão e Crítica”, “Estudos e Pesquisas em Psicologia” e “Perspectivas em Psicología”. A relação completa dos periódicos pode ser vista na tabela a seguir.

Tabela 1 - Periódicos nos quais os artigos do PB foram publicados

Periódico	Frequência
Psicologia: Reflexão e Crítica	4
Estudos e Pesquisas em Psicologia	2
Perspectivas en Psicología	2
Revista de Administração Pública-RAP	1
Estudos de Psicologia (Natal)	1
Psico-USF	1
Athenea Digital	1
Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)	1
Physis: Revista de Saúde Coletiva	1
<b>Total</b>	<b>14</b>

**Fonte:** dados da pesquisa.

Visando ampliar a compreensão sobre o reconhecimento científico dos periódicos, também buscou-se consultar as suas avaliações pelo Qualis Capes, sistema responsável pela classificação da produção científica dos programas de pós-graduação brasileiros quanto aos artigos publicados em periódicos, revistas, anais e livros científicos. O quadro a seguir apresenta os resultados encontrados para os periódicos de Psicologia.

Quadro 2 - Classificação Capes 2013-2016 dos periódicos dos artigos selecionados

Periódico	Conceitos Capes
Psicologia: Reflexão e Crítica	A1
Estudos e Pesquisas em Psicologia	A2
Perspectivas en Psicología	B4
Revista de Administração Pública-RAP	A2
Estudos de Psicologia (Natal)	A1
Psico-USF	A2
Athenea Digital	B1
Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)	B1
Physis	B1

**Fonte:** Qualis Capes 2013-2016.

Como pode ser observado no quadro acima, cerca de 64% dos trabalhos foram publicados em periódicos com conceito A (A1 e A2), 21% aparecem em periódicos B1 e 14% em periódicos B4. Se tomarmos revistas com conceito A e B1 e B2 como aquelas com maior rigor na análise das produções, identifica-se que aproximadamente 85% dos periódicos presentes no PB possuem forte reconhecimento científico.

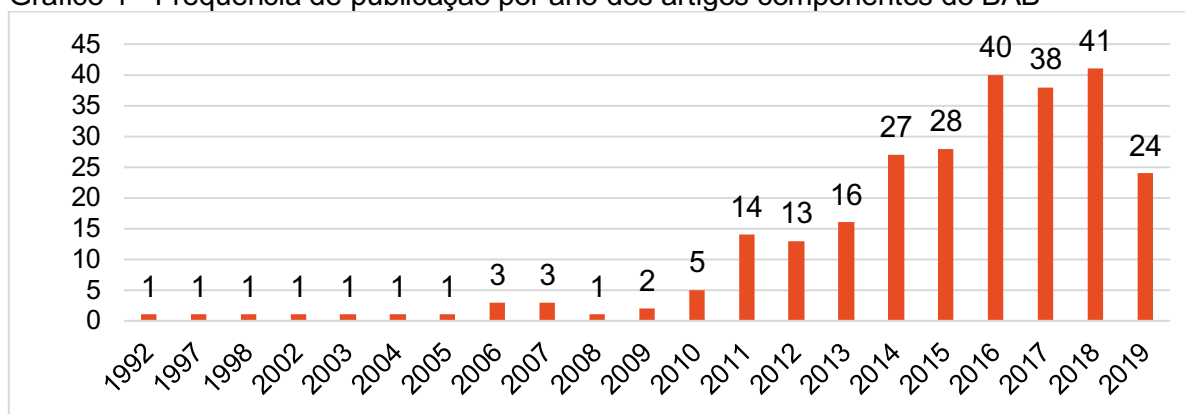
Ainda, o exame do número de citações de cada artigo revelou que o trabalho com maior reconhecimento científico foi o de Lacerda, Pereira e Camino (2002), primeiro artigo selecionado, publicado em um periódico de conceito A1 e com um total de 223 menções identificadas pelo *Google Scholar*, sendo ele sozinho responsável por aproximadamente 38% das citações contidas no Portifólio Bibliográfico. A título de exemplo, o artigo posterior a este é o de Féres-Carneiro (1997), com 96 citações.

Já para a avaliação do ano de publicação, visando obter maior compreensão sobre a dinâmica da produção científica acerca do assunto pesquisado, optou-se por analisar tanto o BAB quanto o PB. As datas foram agrupadas em décadas, de maneira que “década 1” corresponde aos anos de 1990 a 1999, “década 2” abrange os anos de 2000 a 2009 e “década 3” abarca os anos de 2010 a 2019.

Isto posto, observou-se predomínio de publicações na última década, tanto para o BAB quanto para o PB, com respectivamente 94% e 79% dos trabalhos publicados entre 2010 e 2019. Para o PB, o ano de 2019 teve especial destaque com 4 publicações, entretanto, tomando como referência o BAB, houve maior concentração de artigos datados entre 2016 e 2018.

Tomando como referencial a quantidade de citações por década, tem-se a respectiva ordem: década 2 (2 artigos com 268 citações, 46% do total), década 3 (11 artigos com 218 citações, 36,5% do total) e década 1 (1 artigo com 96 citações, 16,5% do total). Salienta-se, entretanto, que esse achado reflete o peso científico que o artigo #1 possui, de maneira que mesmo com apenas 2 artigos, a década 2 apresentou sozinha quase metade das citações do PB, enquanto a década 3, com 11 trabalhos, ficou com uma fatia de 36,5% das citações.

Gráfico 1 - Frequência de publicação por ano dos artigos componentes do BAB



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 2 - Frequência de publicação por ano dos artigos componentes do PB



Fonte: dados da pesquisa.

Como pode ser visto nos gráficos acima, os anos de publicação dos artigos, tanto no BAB quanto no PB, são variados e inserem-se em inúmeros e diferentes momentos das últimas três décadas. O que se observa no gráfico 1 é que o tema começou a gerar maior discussão e estudo dentro da Psicologia brasileira a partir de 2011, primórdio da década 3, apresentando um expressivo aumento de publicações após 2014. Para o PB, o ano de 2019 foi aquele com maior relevância, contemplando 4 das 14 publicações.

O aumento gradativo da produção científica nacional a partir dos anos 2000 até a subida significativa no número de publicações após 2010 refletem os movimentos da própria sociedade brasileira e alguns marcos e embates legais. Pode-se citar, como exemplos deste movimento, a criação, em 2004, do Programa Brasil Sem Homofobia, a realização das I e II Conferências Nacionais LGBT em 2008 e 2011 e a regulação publicada pelo Conselho Nacional de Justiça em 2013 do casamento civil homoafetivo (BRITO, 2014; CNJ, 2013; MELLO; AVELAR).



Além disso, como bem retratado por Macedo e Sívori (2018) e Gonçalves (2019), a década de 2010 foi marcada por inúmeros embates envolvendo a Resolução nº 01 de 1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que veda aos psicólogos a oferta de terapias de reversão sexual. Seja por projetos de lei em âmbito legislativo ou por ações judiciais, diversos atores têm tentado inutilizar esta resolução, tendo sido a última tentativa notória uma ação popular movida por 22 psicólogos contra o CFP, obtendo uma liminar que sustava parte da resolução supracitada. Entretanto, o Supremo Tribunal Federal, em abril de 2019, determinou a suspensão da tramitação da ação popular e os efeitos de atos judiciais nela praticados.

Observa-se com isso que a Psicologia brasileira ainda possui atores que assumem posturas patologizantes face à homossexualidade e à bissexualidade, tentando encontrar respaldo legal para suas ações, principalmente nos últimos anos. Isso causa incômodo não só a setores da sociedade civil, mas também à comunidade científica brasileira, que se coloca a produzir conhecimentos para compreender o contexto e defender o apoio à diversidade sexual e de gênero.

Outro ponto analisado foi as palavras-chave dessas produções, buscando compreender os descritores mais comuns ao portfólio construído, bem como as categorias estudadas dentro do tema da diversidade sexual. Sendo assim, foram identificados 62 termos apresentando diversos olhares, todavia, aqueles com maior destaque foram: Homossexualidade (6 menções), Representações Sociais (4), Preconceito (3), Homofobia (3), Sexualidade (2), Escola (2), Gênero (2) e Diversidade Sexual (2). Tais palavras-chave permitem inferir que o estudo da diversidade sexual pela Psicologia brasileira debruça-se, em linhas gerais, sobre a homossexualidade, suas representações sociais e preconceito destinado a ela.

Por fim, a análise dos autores presentes no PB revelou uma pluralidade de pesquisadores na temática da diversidade sexual no Brasil, incluindo autores estrangeiros em parceria com brasileiros, de maneira que apenas um pesquisador apareceu em duas publicações: Nardi, Henrique Caetano.

#### **4.1.1 Análise das referências bibliográficas dos artigos do portfólio bibliográfico**

Buscando expandir não só a quantidade de dados obtidos, mas também a sua análise, optou-se por realizar o estudo das referências bibliográficas contidas nos artigos que compuseram o PB.

No total, descontando as produções repetidas, contabilizou-se 538 referências, abrangendo artigos, livros ou capítulos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, legislações, apresentações em eventos científicos, anais, reportagens, documentos diversos (como cartilhas e manuais de Conselhos Profissionais) e artigos *online*. As principais referências, no entanto, são artigos científicos (53% delas) e livros na íntegra ou capítulos (35%). Ressalta-se que trabalhos iguais, mas em idiomas diferentes não foram unificados.

Os artigos foram publicados em 171 periódicos, sendo 49% em revistas nacionais e 51% em internacionais. A tabela a seguir apresenta os principais periódicos nacionais e internacionais encontrados:

Tabela 2 - Principais periódicos nacionais e internacionais por ordem de frequência de menções

<b>Periódicos</b>	
<b>Nacionais (Frequência)</b>	<b>Internacionais (Frequência)</b>
Cadernos Pagu (11)	European Journal of Social Psychology (10)
Revista Estudos Feministas (9)	American Psychologist (6)
Psicologia em Estudo (5)	Journal of Homosexuality (6)
Psicologia: Teoria e Pesquisa (5)	Journal of Applied Psychology (5)
Temas em Psicologia (5)	

**Fonte:** dados da pesquisa.

Para os periódicos brasileiros, os três de maior frequência foram “Cadernos Pagu” em primeiro lugar com 11 menções, “Revista Estudos Feministas” em segundo com 9 e, empatados na terceira colocação, “Psicologia em Estudo”, “Psicologia: Teoria e Pesquisa” e “Temas em Psicologia”, todos com 5 citações. Quanto aos periódicos internacionais mais frequentes, “*European Journal of Social Psychology*” aparece em primeiro lugar, seguido por “*American Psychologist*” e “*Journal of Homosexuality*” em segundo lugar e “*Journal of Applied Psychology*” em terceira colocação.

Quanto aos livros e/ou capítulos, as publicações foram feitas em 109 editoras, sendo 51% delas nacionais e 49% internacionais. Em relação às primeiras, as principais editoras foram “Garamond” (10 menções), “Zahar” (7) e “Autêntica” (6). Já

para as editoras internacionais, as com maior destaque foram “Sage” (13), “Academic Press” (8) e “PUF - Presses Universitaires de France” (6).

Tabela 3 - Principais autores das referências bibliográficas

<b>Autor</b>	<b>Frequência</b>
DOISE, W.	12
FOUCAULT, M.	10
HEREK, G. M.	9
NATIVIDADE, M. T.	7
CORTEZ, P. A.	7
MOSCOVICI, S.	6
CAMINO, L.	6

**Fonte:** dados da pesquisa.

A tabela acima apresenta os 5 principais autores encontrados entre os 582 pesquisadores responsáveis pelas publicações das referências bibliográficas. A partir destes autores, pode-se identificar a forte influência da teoria das representações sociais na análise da diversidade sexual, como pode ser compreendido pela presença dos autores Willem Doise em primeiro lugar e Serge Moscovici em quinto lugar, assim como a leitura de Michel Foucault sobre a sexualidade humana. As contribuições do professor de psicologia Gregory M. Herek sobre as formas de preconceito e discriminação contra gays, lésbicas e bissexuais foi outro fator importante identificado.

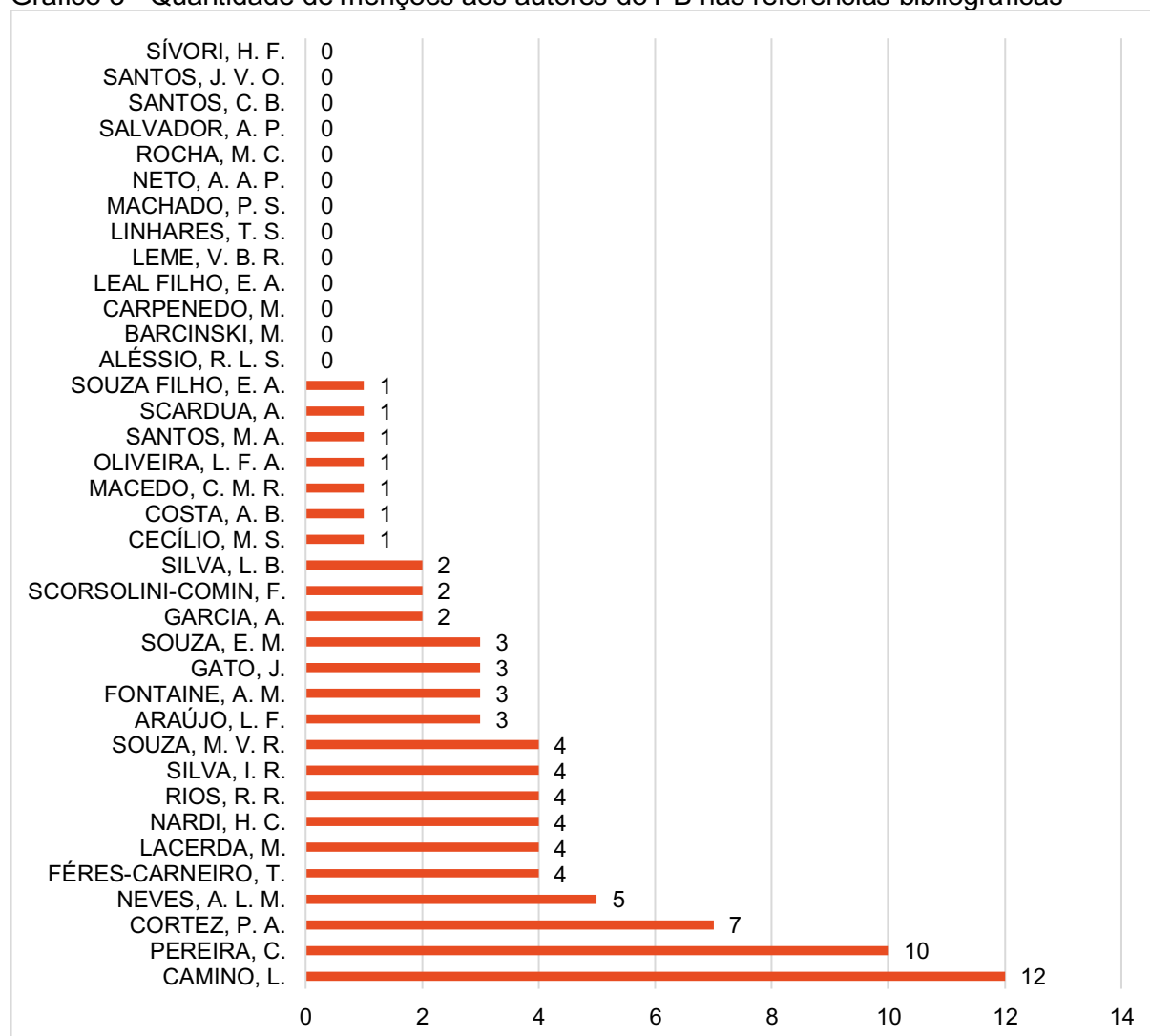
Em âmbito nacional, os estudos de maior influência para os artigos do PB foram aqueles produzidos pelo filósofo e psicólogo Leoncio Camino e pelo antropólogo e jornalista Marcelo Tavares Natividade. Quanto ao primeiro pesquisador, um dos responsáveis pelo artigo de maior reconhecimento científico do portfólio, os estudos utilizados abordavam a discriminação contra homossexuais, representações sociais e direitos humanos. Já os estudos do segundo autor brasileiro debruçam-se especificamente sobre as relações entre diversidade sexual e de gênero, religião e discriminação.

A análise do ano de publicação também revelou uma grande variedade de escritos, indo desde 1905 até 2019. Valendo-se mais uma vez do ano de 1990 como filtro e da classificação de décadas criada anteriormente, observou-se que 89 trabalhos presentes nas referências do PB foram publicados até o ano da despatologização e 449 nas décadas seguintes, sendo 133 trabalhos na década 1 (1990 a 1999), 207 na década 2 (2000 a 2009) e 121 na década 3 (2010 a 2019).

O grande número de publicações após a despatologização da homossexualidade pela OMS em 1990 reflete, em parte, a explosão da epidemia de AIDS entre as décadas de 80 e 90, mas também a aproximação entre os movimentos sociais e a comunidade científica, de maneira a ampliar a abordagem teórica da diversidade sexual para novas perspectivas que não somente os processos de saúde-doença (GÓIS, 2003).

Por fim, ao buscar nas 538 referências os artigos que compuseram o portfólio bibliográfico, apenas os 5 primeiros foram encontrados, sendo o artigo #1 aquele mais mencionado entre os trabalhos do PB e entre todas as referências no geral (4 citações). Quanto à presença dos autores dos artigos do portfólio nas referências bibliográficas destes trabalhos, o gráfico a seguir delimita a quantidade de citações.

Gráfico 3 - Quantidade de menções aos autores do PB nas referências bibliográficas



Fonte: o autor.

Os autores com maior destaque foram Leoncio Camino, com 12 citações, seguido de Cícero Pereira, 10, e Pedro Afonso Cortez, 7. Em linhas gerais, dos 37 autores presentes no PB, 24 (cerca de 65%) foram citados nas referências, contabilizando juntos 83 citações.

Em consulta às páginas *online* do Currículo Lattes dos profissionais, destaca-se algumas informações. Atualmente, Camino é Professor Emérito da Universidade Federal da Paraíba e trabalha principalmente nas áreas de Psicologia Social e de Psicologia Política, atuando com os temas “agressão”, “movimentos sociais”, “comportamento eleitoral”, “socialização política”, “processos de exclusão social” e “direitos humanos”. Pereira também é Professor da Universidade Federal da Paraíba e realiza pesquisas buscando analisar como e em que condições os atores sociais das sociedades democráticas contemporâneas legitimam suas atitudes e ações apoiando políticas preconceituosas e discriminatórias contra grupos minoritários. Já Cortez é Professor Adjunto da Universidade Metodista de São Paulo e Professor Pesquisador na Universidade Tuiuti do Paraná, trabalhando com “Avaliação Psicossocial do Trabalho”, “Métodos, Medidas, Tecnologias e Inovações em Psicologia Aplicada” e “Avaliação de Políticas e Práticas em Instituições Públicas e Privadas”.

Desta forma, de maneira geral, compreende-se que esta breve análise das referências bibliográficas vai de encontro com o achado inicial obtido pelo estudo do portfólio bibliográfico. Através da avaliação bibliométrica de suas referências, foi possível corroborar o achado anterior de como o tema da diversidade sexual é estudado e discutido por uma multiplicidade de autores ao longo de diferentes décadas, com olhares de diversas áreas do saber e em uma pluralidade de subtemas, como o preconceito e as representações sociais por exemplo.

#### 4.2 ANÁLISE SISTÊMICA DO PORTIFÓLIO BIBLIOGRÁFICO

Para esta parte da análise dos dados, visando uma melhor disposição e organização dos achados, optou-se por, após a leitura crítica e atenta dos trabalhos contidos no PB, categorizar os conteúdos dos artigos em eixos de análise (tipo de estudo, objetivos, metodologia e principais resultados) e em núcleos temáticos.

Primeiramente serão apresentados os dados a partir dos eixos e, posteriormente, os núcleos temáticos.

#### 4.2.1 Tipo de estudo

Quadro 3 - Relação de artigos do PB segundo numeração, título, periódico de publicação e tipo de estudo

#	Título	Periódico	Tipo de Estudo
1	Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais	Psicologia: Reflexão e Crítica	Empírico
2	A escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade	Psicologia: Reflexão e Crítica	Empírico
3	Sexualidade e trabalho: estudo sobre a discriminação de homossexuais masculinos no setor bancário	Revista de Administração Pública-RAP	Empírico
4	Produção científica sobre adoção por casais homossexuais no contexto brasileiro	Estudos de Psicologia (Natal)	Teórico
5	O debate sobre a homossexualidade mediado por representações sociais: perspectivas homossexuais e heterossexuais	Psicologia: Reflexão e Crítica	Empírico
6	Expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de se “transformar em homem” na prisão	Psico-USF	Empírico
7	Diversidade Sexual: políticas públicas e igualdade de direitos	Athenea Digital	Teórico
8	Validação e adaptação transcultural da escala multidimensional de atitudes face a lésbicas e a gays	Psicologia: Reflexão e Crítica	Empírico
9	A diversidade sexual no ensino de Psicologia: o cinema como ferramenta de intervenção e pesquisa	Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)	Empírico
10	Repatologizando a homossexualidade: a perspectiva de "psicólogos cristãos" brasileiros no século XXI	Estudos e Pesquisas em Psicologia	Teórico
11	Aspectos motivacionais de professoras/es em projetos de igualdade de direitos às pessoas LGBTT na escola	Perspectivas en Psicología	Empírico
12	Homofobia en el contexto escolar/educacional: las representaciones sociales de profesores brasileños	Perspectivas en Psicología	Empírico
13	Sexismo, misoginia e LGBTQ fobia: desafios para promover o trabalho inclusivo no Brasil	Physis	Teórico
14	Revisão sobre a utilização da teoria das representações sociais nos estudos sobre homofobia no Brasil	Estudos e Pesquisas em Psicologia	Teórico

Fonte: dados da pesquisa.

Dos 14 trabalhos do portfólio, 9 são do tipo empírico e 5 do tipo teórico. Em relação aos participantes dos estudos de campo, 4 artigos contaram com amostras de estudantes universitários de diferentes cursos de universidades brasileiras, como Psicologia, Engenharia Civil, Medicina, Direito, Ciências Sociais, Pedagogia e Engenharia Mecânica (GATO; FONTAINE; LEME, 2014; LACERDA; PEREIRA; CAMINO, 2002; SANTOS; COSTA; CARPENEDO; NARDI, 2011; SCARDUA; SOUZA FILHO, 2006).

Dos 5 artigos restantes, 2 tiveram a participação de professores do Ensino Médio (NEVES; SILVA, 2018) e Ensino Fundamental (NETO et al, 2019), 1 foi realizado com mulheres em situação de privação de liberdade (BARCINSKI, 2012), 1 com trabalhadores de bancos públicos e privado (GARCIA; SOUZA, 2010) e 1 com pessoas em geral, usando recorte de gênero, estado civil, faixa etária e orientação sexual (FÉRES-CARNEIRO, 1997).

Observa-se nestes estudos a forte prevalência do contexto educacional, com universitários ou professores compondo a amostra de 6 dos 9 artigos (artigos 1, 5, 8, 9, 11 e 12), e do tema da homofobia, presente em 7 trabalhos (1, 3, 5, 8, 9, 11 e 12). Apesar da escola ser vista como um local privilegiado para a construção de uma sociedade mais igualitária, o uso exclusivo de amostras compostas por estudantes universitários compromete o entendimento amplo da homofobia no Brasil, uma vez que o acesso e permanência no Ensino Superior no país ainda é bastante limitado.

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais de 2019 (IBGE, 2019), apenas 25,2% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos (faixa etária considerada adequada para o ingresso no Ensino Superior) frequentam esta etapa ou já tinham se graduado. Na mesma linha, o levantamento feito pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico indica que, em 2018, apenas 21% dos brasileiros de 25 a 34 anos possuíam Ensino Superior completo (OCDE, 2019). À luz desses dados, faz-se necessário a ampliação dos estudos sobre a homofobia a outros atores sociais para compreender todas as facetas deste fenômeno complexo.

Para os estudos teóricos, houve predomínio dos métodos de revisão de literatura, todavia, com diferentes abordagens. Cecílio, Scorsolini-Comin e Santos (2013) optaram pela revisão crítica da literatura, buscando delimitar a produção existente no contexto nacional e apontar lacunas, limites e possibilidades de investigações, tecendo uma crítica ao processo de construção do conhecimento na

área. Cortez et al (2019) valeram-se da revisão integrativa da literatura, tendo o objetivo de mapear o campo de investigação de maneira qualitativa, processual e descritiva. Silva e Aléssio (2019), por sua vez, fizeram uso da revisão sistemática da literatura, tendo como foco não apenas a identificação do estado da arte do tema, mas a descrição das contribuições teóricas e metodológicas da Teoria das Representações Sociais ao estudo da homofobia no contexto da Psicologia Social brasileira.

Os dois últimos estudos teóricos optaram por metodologias diferentes no campo da pesquisa bibliográfica. Macedo e Sívori (2019) realizaram um estudo bibliográfico prévio para, embasado na literatura encontrada, discutir acerca da repatologização da homossexualidade por profissionais autointitulados “psicólogos cristãos”. Por fim, Nardi, Rios e Machado (2012) fizeram uma sistematização teórica de suas falas em um evento científico no qual discutiram, à luz do Direito, da Antropologia, da Sociologia, da Saúde Coletiva e da Psicologia Social, as políticas públicas direcionadas à diversidade sexual, corporal e de gênero no Brasil.

#### **4.2.2 Objetivos, metodologia e principais resultados**

Em linhas gerais, no que tange aos problemas de pesquisa dos trabalhos e aos procedimentos adotados para respondê-las, pôde-se perceber que houve adequação dos instrumentos e da metodologia destes trabalhos aos objetivos propostos.

Do total, houve predomínio de artigos com metodologias qualitativas, com 10 dos 14 trabalhos tendo adotado procedimentos pautados no uso de entrevistas semi-dirigidas ou abertas (BARCINSKI, 2012; GARCIA; SOUZA, 2010; NEVES; SILVA, 2018), da Técnica de Associação Livre de Palavras (NETO et al, 2019), da revisão de literatura (CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013; CORTEZ et al, 2019; MACEDO; SÍVORI, 2019; SILVA; ALÉSSIO, 2019), da discussão mediada por filmes e falas de especialistas (SANTOS et al, 2011) e da sistematização teórica de apresentação oral em evento científico (MACHADO, 2012; NARDI; RIOS).

Os 4 artigos restantes encontram-se divididos em abordagens quantitativas, com a aplicação de questionários sociodemográficos e das Escalas de Rejeição à Proximidade, de Expressão Emocional e de Explicações da Homossexualidade (LACERDA; PEREIRA; CAMINO, 2002) e da Escala Multidimensional de Atitudes Face a Lésbicas e a Gays (GATO; FONTAINE; LEME, 2014), e mistas, com o uso de



questionário com questões sociodemográficas, uma questão de associação livre sobre a palavra homossexualidade e outra, aberta, relativa às suas possíveis causas (SCARDUA; SOUZA FILHO, 2006) e um roteiro de entrevista semi-dirigida e uma escala de avaliação de atributos desejados em um parceiro (FÉRES-CARNEIRO, 1997).

A fim de organizar visualmente as informações acima, o quadro abaixo apresenta uma breve síntese dos objetivos e das metodologias que cada artigo do portfólio bibliográfico adotou.

Quadro 4 - Artigos do PB segundo população, objetivos e método utilizado

#	População	Objetivos	Método
1	Estudantes universitários	Compreender, lançando mão da teoria das representações sociais, como estudantes universitários expressam a homofobia e como isso se relaciona com as explicações atribuídas à origem da homossexualidade	Aplicação de questionário sociodemográfico e três escalas de avaliação de preconceito (Escala de Rejeição à Proximidade, Escala de Expressão Emocional e Escala de Explicações da Homossexualidade)
2	Pessoas em geral, com recorte de orientação sexual, gênero, estado civil e faixa etária	Compreender os processos de escolha amorosa em sujeitos heterossexuais e homossexuais de classe média em 3 faixas etárias diferentes e em diferentes estados civis	Aplicação de uma escala de avaliação de atributos desejados em um parceiro e um roteiro de entrevista semi-dirigida
3	Trabalhadores de bancos públicos e privado	Analisar as manifestações, na rotina de trabalho, de possível discriminação de homossexuais trabalhadores do setor bancário	Estudo de caso com aplicação de um roteiro de entrevista semi-dirigida pautado na compreensão da rotina profissional, da carreira e das possíveis discriminações sofridas
4	X	Identificar o perfil da literatura brasileira sobre a homoparentalidade adotiva e os novos paradigmas relacionados aos arranjos familiares e de gênero desta configuração familiar	Revisão Crítica da Literatura acerca do tema
5	Estudantes universitários	Analisar, a partir da Teoria das Representações Sociais de Moscovici, como diferentes grupos de estudantes universitários, agrupados por sexo e orientação sexual, entendem a homossexualidade	Aplicação de um questionário com questões sociodemográficas, uma questão de associação livre sobre a palavra homossexualidade e outra, aberta, relativa às suas possíveis causas

#	População	Objetivos	Método
6	Mulheres em situações de privação de liberdade	Compreender os aspectos relacionados ao "tornar-se homem" na prisão feminina, os privilégios adquiridos por essas mulheres e as relações estabelecidas por elas com as outras detentas e com os profissionais do local	Estudo de caso com aplicação de entrevistas buscando investigar a história de vida e os aspectos que influenciaram sua inserção em uma criminalidade dominada por homens (tráfico de drogas)
7	X	Discutir, a partir do olhar do Direito, da Antropologia, da Sociologia, da Saúde Coletiva e da Psicologia Social, os aspectos e as influências que permeiam as políticas públicas direcionadas à diversidade sexual, corporal e de gênero no Brasil	Sistematização teórica da fala de 3 pesquisadores em uma mesa redonda com o mesmo título do artigo
8	Estudantes universitários	Adaptar culturalmente a Escala Multidimensional de Atitudes Face a Lésbicas e a Gays, originalmente pensada para Portugal, para o contexto brasileiro	Aplicação da Escala Multidimensional de Atitudes Face a Lésbicas e a Gays e de um questionário sociodemográfico
9	Estudantes universitários	Compreender, através do uso do cinema, como os estudantes de Psicologia da UFRGS entendem e abordam a diversidade sexual	Pesquisa-intervenção feita através de uma mostra de cinema seguida de comentários de especialistas na temática e com suporte na leitura de artigos prévios
10	X	Refletir acerca da controvérsia pública em torno da "cura gay" dentro do campo profissional da Psicologia brasileira nas duas primeiras décadas do século XXI	Pesquisa Bibliográfica usada como embasamento para a reflexão dos autores sobre o tema
11	Professores do Ensino Médio	Entender as motivações de professores na atuação em projetos na escola que abordam a igualdade de direitos para LGBT na perspectiva da diversidade sexual	Aplicação de entrevistas semi-dirigidas à luz da Psicologia Histórico-Cultural visando compreender os sentidos e significados que os participantes atribuem à participação em projetos de igualdade de direitos para pessoas LGBTTT na escola
12	Professores do Ensino Fundamental	Identificar as representações sociais acerca da homofobia em professores de 3 escolas públicas da cidade do Piauí	Pesquisa com corte transversal com aplicação de um questionário sociodemográfico e a técnica de associação livre de palavras (TALP) com quatro palavras indutoras: preconceito, diversidade sexual, sexualidade e homofobia

#	População	Objetivos	Método
13	X	Revisar a literatura científica acerca da violência contra mulheres e LGBTQs buscando visibilizar os desafios à promoção do trabalho inclusivo nos espaços laborais brasileiros	Revisão Integrativa da Literatura acerca do tema
14	X	Destacar o estado da arte sobre o uso da Teoria das Representações Sociais (TRS) no estudo da homofobia no contexto da Psicologia Social brasileira, descrevendo as contribuições desta teoria para o tema	Revisão Sistemática da Literatura acerca do tema

**Fonte:** dados da pesquisa.

Através da análise dos objetivos, foi observado que o principal interesse dos pesquisadores nos últimos anos é o estudo da manifestação da homofobia na sociedade brasileira. Os estudos de Lacerda, Pereira e Camino (2002) e Gato, Fontaine e Leme (2014) se debruçaram justamente no desenvolvimento de escalas capazes de mensurar a discriminação contra homossexuais, tendo os primeiros autores se baseado em instrumentos de avaliação de racismo enquanto os segundos desenvolveram uma ferramenta original para avaliar diferentes dimensões das atitudes face a lésbicas e a gays, incluindo as positivas.

Com exceção dos trabalhos de Féres-Carneiro (1997) e Barcinski (2012), que abordaram recortes muito específicos da vida de homossexuais, é possível afirmar que, de forma mais ou menos direta e intencional, todos os outros trabalhos se direcionaram para a compreensão de diferentes facetas da homofobia, pois mesmo que, em algumas produções, não tenha sido o objetivo principal do trabalho, os pesquisadores se depararam com este fenômeno.

Isso pode ser visto na análise da vivência de homossexuais trabalhadores do setor bancário (GARCIA; SOUZA, 2010), na visão de professores da educação básica sobre a discriminação por orientação sexual (NETO et al, 2019) e na atuação para coibi-la (NEVES; SILVA, 2019), nas produções acadêmicas sobre homofobia (SILVA; ALÉSSIO, 2019), adoção homoparental (CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013) e LGBTQfobia como entrave ao trabalho inclusivo (CORTEZ et al, 2019), na produção de políticas públicas voltadas à diversidade sexual (NARDI; RIOS; MACHADO, 2011), no estudo da visão de estudantes universitários sobre a

homossexualidade (SANTOS et al, 2011; SCARDUA; SOUZA FILHO, 2006) e na atuação de psicólogos autointitulados cristãos (MACEDO; SÍVORI, 2019).

Cabe dizer, por fim, que apesar da concentração de trabalhos de abordagem qualitativa, entende-se que isso não representa uma exclusividade no modo de se abordar o tema da diversidade sexual, pois mesmo entre estes estudos há uma pluralidade de metodologias e objetivos. Mesmo que em minoria, os estudos quantitativos e mistos também ofereceram importantes contribuições para a temática, sistematizando maneiras de se avaliar e/ou compreender a manifestação da discriminação por orientação sexual.

Os principais resultados dos 14 trabalhos do PB podem ser consultados no quadro abaixo.

Quadro 5 - Artigos do PB segundo numeração e principais resultados

#	Principais Resultados
1	Os resultados permitiram agrupar os estudantes em 3 grupos: preconceituosos flagrantes, sutis ou não preconceituosos. Os preconceituosos flagrantes se opuseram às explicações psicossociais (próprias das mulheres e dos estudantes de psicologia) e aderiram mais fortemente às explicações ético-morais e religiosas (próprias dos estudantes de engenharia). Os não preconceituosos estudam psicologia e aderem às explicações psicossociológicas. Já os preconceituosos sutis explicaram a homossexualidade a partir de causas biológicas e psicológicas, próprias dos estudantes de medicina e das mulheres.
2	Identificou-se que gays valorizam mais a vivência da sexualidade do que heterossexuais e lésbicas, quem valorizam mais a fidelidade e o companheirismo. Na comparação intergrupos, homens e mulheres heterossexuais e lésbicas valorizaram atributos semelhantes ( <i>fiel, companheiro, etc</i> ) e gays valorizaram o <i>respeito à privacidade</i> e a <i>capacidade erótica</i> . Constatou-se ainda que o nível de exigência em relação à escolha amorosa é muito mais alto nas mulheres no grupo heterossexual, enquanto no grupo homossexual a maior exigência é demonstrada pelos homens.
3	Constatou-se a existência de discriminação direta e indireta nos 3 bancos estudados, sendo que os entrevistados mostraram-se mais incomodados com as discriminações do tipo indireto, manifestadas sob as mais variadas formas, como piadas, isolamento social, exclusão das atividades de lazer externas à empresa, condições de trabalho inferiores aos demais, brincadeiras e fofocas sobre a postura e a fala, xingamentos, dificuldades de crescimento na carreira e de contratação de homossexuais.
4	Foram identificadas 4 categorias temáticas: "ampliação do conceito de família", "a desconstrução de uma verdade única sobre a família homoafetiva", "adoção por casais homossexuais: um campo de disputas" e "um convite ao diálogo entre teoria e prática". A primeira categoria aborda as dificuldades legais e sociais no reconhecimento da família, a discriminação do casal e da criança e a necessidade de romper com concepções padronizadas de família. A segunda diz da relação entre a ausência/insuficiência de um conceito amplo de família e a eleição da família heteronormativa como padrão a ser seguido, alertando para a não construção de um padrão de família homoafetiva. A terceira categoria fala dos posicionamentos preconceituosos de estudantes universitários que rejeitam este modelo familiar e a necessidade de promover junto a eles a reflexão sobre suas atitudes e crenças. A quarta defende que o imprescindível para uma família é assegurar o bem-estar e os direitos das crianças, assim como garantir os direitos e desejos desses casais homossexuais pela parentalidade.
5	Foram identificadas 14 categorias temáticas nas questões abertas. Os homossexuais (HM), principalmente os homens, valeram-se mais de respostas não-intencionais sobre a homossexualidade do que os HT, quem forneceram respostas enfatizando intencionalidade, influência social e problema tanto de ordem biológica quanto psicológica. Os homens HM ressaltaram mais as influências sociais como possíveis causas da homossexualidade enquanto as mulheres deram explicações tanto intencionais quanto não intencionais, privilegiando a segunda. As mulheres HT colocaram a atração pelo proibido/protesto como responsável pela homossexualidade.
6	Os resultados apontaram para os privilégios associados ao masculino e para a reprodução da lógica heteronormativa nas relações afetivo-sexuais intramuros. O masculino aparece vinculado à violência, a comportamentos covardes e negligentes enquanto o feminino se liga ao oposto. Apesar de vítimas da violência de homens em suas vidas, as entrevistadas reproduzem com suas parceiras na prisão essa violência e os padrões hierárquicos de suas relações heterossexuais extramuros. Assim, rompem com a violência por estarem em relacionamentos lésbicos, mas a ela dão continuidade por reproduzir os padrões heteronormativos. O "transformar-se em homem", então, revela o apego à lógica heteronormativa e o recebimento dos privilégios associados ao masculino, como a posição ativa no sexo, a poligamia, a violência, a agressividade e a não responsabilidade para com a manutenção do espaço "doméstico".
7	Os autores apontam as contradições da sociedade brasileira, na qual há avanços de pautas relacionadas à diversidade sexual no poder judiciário enquanto sofrem entraves em âmbito legislativo e executivo. Na academia, a atuação dos movimentos sociais ampliou o modo de se discutir a diversidade sexual, redirecionando o olhar para o sofrimento psíquico e a opressão a esses indivíduos. No âmbito do Direito, apresenta-se o Programa Brasil Sem Homofobia como principal instrumento governamental voltado ao tema, com os primórdios de iniciativas neste sentido localizado na década de 90. Defende-se legislações de cunho universalistas para combater a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, evitando, assim, cristalizar essas identidades. Por fim, discorre-se sobre a regulação dos corpos na Saúde Coletiva, de maneira a haver um tempo e um espaço específicos para se falar da diversidade. Apesar dos conceitos da diversidade sexual, corporal e de gênero estarem presentes nessa área, ela ainda é regulada por uma lógica binária (homem/mulher, corpo são/corpo doente, etc.).



#	Principais Resultados
8	A partir dos testes estatísticos realizados, os autores provaram a invariância do instrumento numa amostra de estudantes universitários brasileiros. Apesar de algumas limitações tratadas pelos autores, como o desconhecimento da orientação sexual dos participantes, o uso do instrumento no Brasil mostrou-se possível. O instrumento mostrou-se inovador por permitir a avaliação simultânea de diversos tipos de atitudes face a lésbicas e a gays e por não se basear exclusivamente em modelos pensados para o preconceito racial/étnico.
9	Identificou-se um esvaziamento do público-alvo nas mostrar de cinema, pois com o tempo apenas os estudantes que se identificavam com o tema passaram a ir ao evento. Os autores entenderam esse fenômeno a partir dos comentários na lista de discussão on-line dos estudantes de psicologia, mencionando um sentimento de intimidação e/ou constrangimento em participar de um evento para "bichas e mulheres". A recusa a participar e os comentários realizados evidenciaram a manutenção da dominação masculina e heterossexista no seio das práticas e dos saberes institucionais da psicologia. De maneira geral, os estudantes apresentaram narrativas heteronormativas e higienistas, buscando formas de manejos das sexualidades não heterossexuais.
10	Os autores constataram que a expansão do evangelismo pentecostal e neopentecostal no Brasil também ocorreu no Legislativo brasileiro e na submissão das práticas de profissionais de diversas áreas às convicções morais e aos interesses corporativos da sua religião. Na Psicologia, isso se caracterizou pelos profissionais abertamente favoráveis às terapias de reorientação sexual, porém entende-se que suas expressivas atuações fazem parte de uma forte reação conservadora à ampliação dos direitos da população LGBT. Assim, entende-se que a controvérsia da cura gay não representa uma simples dicotomia entre ciência e religião, mas um embate no qual atores sociais se posicionam estrategicamente de um lado ou de outro dessa dicotomia.
11	Os professores abordaram como fator motivacional o fato de atuarem na mudança de pensamento dos alunos acerca dos preconceitos, a melhoria da convivência e a abertura de novas reflexões que respeitem as diferenças. De maneira geral, eles sinalizaram uma motivação em formar o aluno um cidadão crítico, afirmando a escola como um lugar para se discutir esse assunto e entendendo o trabalho com as crianças como a base na promoção de uma educação igualitária e de uma sociedade mais justa e respeitosa. Apesar do apoio à temática, os professores ainda estão marcados por contradições inerentes à sociedade heteronormativa na qual se inserem, apontando para a urgência em formar professores capacitados a debater sobre diversidade sexual na escola.
12	O estímulo-indutor "preconceito" apresentou caráter negativo e ofensivo para os professores e a representação identificada foi "desrespeito". "Diversidade sexual" apresentou conotação positiva, relacionada à escolha e ao respeito, representada por "liberdade", mas há contradições em seu bojo, visto que um dos vocábulos de destaque também foi "tolerância", indicando algo a ser tolerado. "Sexualidade" foi o único estímulo que provocou boas cognições frente ao conceito geral de homofobia, representado por "respeito", porém os professores a reduziram ao conhecimento biológico. Quanto à "homofobia", a representação foi "pré-julgamento", demonstrando majoritariamente uma conotação negativa. De maneira geral, identificou-se que os professores possuem poucos conhecimentos sobre a homofobia e a diversidade sexual, sendo necessário investir na formação desses educadores peb papel central que a escola ocupa no combate à homofobia.
13	Os autores identificaram 3 categorias temáticas na análise: "Produção do conhecimento entre diferentes áreas do conhecimento", "Práticas de violência e dominação no trabalho predominantes frente às mulheres e LGBTQs" e "Percepção de práticas de violência e dominação em contextos laborais". Para a primeira, houve predomínio de trabalhos qualitativos, a administração foi a área do saber com mais trabalhos, seguida pelas ciências sociais e economia. Para a segunda, as práticas de dominação e violência identificadas para as mulheres foram menor remuneração salarial, menos oportunidades de ascensão e assédio. Para os LGBTQs, a violência física, o assédio implícito (piadas) e a patologização das identidades. Para a última categoria, a predominância do contexto e dos atores da violência para as mulheres foram o empresarial privado e supervisores, seguidos pelos colegas de trabalho. Para os LGBTQs, os colegas de trabalho e os supervisores apareceram como principais atores, enquanto o contexto empresarial privado foi o predominante. Assim, tais práticas mostraram-se generalizadas e perpassam os múltiplos espaços sociais.
14	Os resultados foram agrupados em quatro núcleos temáticos: (1) expressão do preconceito e natureza da homossexualidade; (2) adoção homoparental; (3) representações sociais da homossexualidade; (4) professores e representações sociais da homossexualidade e diversidade sexual. No primeiro núcleo, a Teoria das Representações Sociais (TRS) foi usada como ferramenta de análise para explicar como a expressão do preconceito ancora-se nas explicações dadas à homossexualidade. No segundo, evidencia-se o papel das representações sociais como base para atitudes e comportamentos preconceituosos. No terceiro, identificou-se as representações sociais da homossexualidade a partir dos aspectos da intencionalidade ou não de ser homossexual, do reconhecimento social da sexualidade, da normatização aos quais as sexualidades não heteronormativas estão submetidas e a discriminação e preconceito. No último núcleo, investiga-se as representações sociais de professores acerca da diversidade sexual e da homofobia. Assim, o uso da TRS segue duas tendências: (1) compreender as expressões do preconceito (sutil e flagrante) com base nas representações sobre a natureza da homossexualidade e (2) investigar as representações a respeito da homossexualidade.

Fonte: dados da pesquisa.

### 4.2.3 Núcleos temáticos

A última seção dos resultados deste trabalho consiste na apresentação dos núcleos temáticos identificados após a leitura dos 14 artigos componentes do portfólio bibliográfico final. A partir da sistematização de subtemas comuns dentro do tema da diversidade sexual, pode-se identificar 7 núcleos temáticos, a saber: 1) a vivência da diversidade sexual; 2) desafios e embates políticos acerca da diversidade sexual no Brasil; 3) homossexualidade, homofobia e as representações sociais; 4) a formação do psicólogo e a diversidade sexual; 5) Mensuração de atitudes e crenças frente à homossexualidade; 6) O trabalho com a diversidade sexual na escola; e 7) Preconceito e discriminação por orientação sexual no ambiente de trabalho.

É importante ressaltar que esses núcleos temáticos não são excludentes, mas complementares, de maneira que os assuntos tratados em cada um deles muitas vezes se atravessam, se combinam e se reforçam. Desta forma, a intenção é de elencar os subtemas identificados dentro da temática maior da diversidade sexual representada pelo PB.

#### 4.2.3.1 A vivência da diversidade sexual

Neste núcleo temático se encontram três artigos que abordaram algum aspecto específico da vivência das orientações não heterossexuais. Féres-Carneiro (1997) conduziu um estudo para compreender o processo de escolha amorosa em heterossexuais e homossexuais, traçando comparações entre os grupos e tentando identificar os aspectos mais valorizados por cada um. Com seus resultados, a autora concluiu, entre outras questões, que o processo de escolha amorosa para pessoas heterossexuais e homossexuais passa pela valorização dos mesmos atributos nos parceiros, como carinho, integridade e paixão, porém homens gays tenderam a valorizar mais o respeito à privacidade, a atração física e a capacidade erótica de seus parceiros. Dentro do grupo homossexual, os homens também deram maior importância para a vivência sexual, enquanto as mulheres destacaram mais o companheirismo e a paixão, evidenciando o maior apego dos homens gays à vivência de sua sexualidade em comparação com heterossexuais e com mulheres homossexuais.

O trabalho de Barcinski (2012), por sua vez, buscou explorar o modo como mulheres em situação de privação de liberdade experimentavam sua homossexualidade através do “tornar-se homem” na prisão. Neste fenômeno, essas pessoas passavam a vestir-se com roupas masculinas e a serem tratadas pelas demais detentas e pelos trabalhadores da instituição como homens. Através das entrevistas realizadas, a autora identificou como o masculino, no decorrer da vida daquelas mulheres, se mostrou atrelado à negligência e à violência, de modo que a vivência homossexual permitia a elas romper com esse ciclo.

Todavia, analisando os relacionamentos intramuros, ficou claro o quanto aquelas mulheres reproduziam em seus relacionamentos a dominação heteronormativa e rígida dos papéis de gênero que viveram no mundo extramuros. Assim, apesar de serem duas mulheres, ao não exercer o feminino (papel assumido por suas parceiras), as entrevistadas podiam se beneficiar dos privilégios do gênero masculino, como a agressividade, o domínio, a atividade sexual e a poligamia. A autora conclui que apesar da homossexualidade servir como uma ruptura para com a violência que essas mulheres sofreram em relacionamentos heterossexuais e com os demais homens em suas vidas, elas ainda se encontram cooptadas pela lógica heteronormativa, na qual relacionamento natural é aquele entre um homem e uma mulher e com papéis de gênero muito bem definidos e rígidos.

O último artigo é o trabalho de Cecílio, Scorsolini-Comin e Santos (2013) sobre adoção homoparental no Brasil. Apesar de ser um estudo teórico de revisão de literatura sobre o tema, os autores abordam a vivência da parentalidade por casais homoafetivos e discutiram os aspectos envolvidos neste fenômeno, como a discriminação da sociedade e de profissionais do Direito e da Psicologia, o não reconhecimento social da família e os direitos das crianças, dos adolescentes e do próprio casal de constituir laços familiares saudáveis.

Em sua análise, os autores encontraram 4 eixos temáticos, já mencionados anteriormente (ver Quadro 5), que apontam para as problemáticas da ausência ou insuficiência de um conceito amplo e complexo de família, a norma social de tomar a família nuclear heterossexual como modelo a ser seguido e o quanto isso invalida as novas configurações familiares, as complicações do termo “homoparentalidade” e sua ênfase à orientação sexual dos responsáveis legais, os embates políticos dentro da sociedade acerca dos direitos dessa população, a necessidade de realizar mais



discussões dentro das universidades para combater posturas discriminatórias nos futuros profissionais e de ampliar o olhar acadêmico sobre o fenômeno, não atendo-se a somente uma teoria específica para compreendê-lo (a psicanálise no caso desse estudo).

#### 4.2.3.2 Desafios e embates políticos acerca da diversidade sexual no Brasil

Neste núcleo temático, localizam-se os trabalhos que abordaram os conflitos sociais acerca das orientações sexuais não normativas no Brasil, apontando para as contradições entre avanços em direitos à população LGBTIA no âmbito do Poder Judiciário ao passo em que há, muitas vezes, descaso do Executivo e tentativas de ataque a esses direitos no Legislativo.

A produção de Nardi, Rios e Machado (2012) traz uma rica e completa discussão, à luz do Direito, da Antropologia, da Saúde Coletiva, da Sociologia e da Psicologia Social, das problemáticas que rodeiam a formulação e a aplicação das políticas públicas voltadas à diversidade sexual, corporal e de gênero no Brasil. Os autores discorrem sobre como a sociedade brasileira está marcada pela contradição em relação ao tema, como visto no modo como os poderes democráticos tratam o tema, pois enquanto o Judiciário caminha na direção da igualdade de direitos para essa população, como visto no reconhecimento da união estável de casas homossexuais pelo Supremo Tribunal Federal em 2011, o Executivo apresenta posicionamentos no sentido contrário, como quando a então presidenta Dilma Rousseff suspendeu o kit pedagógico destinado a auxiliar professores no debate sobre orientação sexual e gênero, também em 2011.

Em âmbito jurídico, os autores apontam para a tendência de legislações de cunho particularistas no Brasil, com sujeitos específicos sendo delimitados nos projetos de leis, o que cristaliza as identidades e não dá conta de abarcar a pluralidade da diversidade sexual e de gênero. Os programas, projetos e ações que buscam por igualdade de direitos construíram-se sob uma lógica científico-jurídica que abandona a visão patologizante e religiosa sobre a sexualidade, valendo-se de novos conceitos construídos, como homofobia, direitos sexuais e heteronormatividade (NARDI; RIOS; MACHADO, 2012).

Estudando a atuação de psicólogos que buscam repatologizar a homossexualidade, os estudos de Macedo e Sívori (2019) vão de encontro aos conflitos citados pelos autores acima. Neste trabalho, discute-se a organização de profissionais da psicologia, autointitulados “psicólogos cristãos”, em torno de neutralizar a Resolução 01, de 22 de março de 1999 do Conselho Federal de Psicologia, que proíbe aos psicólogos a oferta de terapias de reversão sexual e a patologização da homossexualidade. A partir da análise desses atores sociais, os pesquisadores apontam para uma tentativa de recolocar o debate sob um viés religioso e moral, valendo-se principalmente da categoria “homossexualidade ego-distônica”, na qual o indivíduo não estaria confortável com sua orientação sexual, para gerir seus argumentos.

Esses profissionais articulam-se gradualmente com membros do Legislativo brasileiro para criar projetos de lei enquanto propõe ações em âmbito jurídico para atacar a Resolução, agindo sob influência de suas convicções religiosas, mas escondendo-se em vieses pseudocientíficos para se justificar, como a própria noção de ego-distonía, já desacreditada pela comunidade científica. Por fim, os autores concluem que este fenômeno não pode ser entendido descolado da realidade, mas como expressão de um movimento maior de conservadorismo e ataques a pautas feministas e LGBT, um movimento intencional de relativizar os saberes construídos, fazendo com que a diversidade sexual como possibilidade humana seja vista como opinião e não como fato.

#### 4.2.3.3 Homossexualidade, homofobia e as representações sociais

Este núcleo temático é aquele que concentra o maior número de artigos do portfólio bibliográfico, com 4 dos 14 trabalhos. Encontram-se aqui os trabalhos que abordam o estudo da homossexualidade e/ou da homofobia pelo viés da teoria das representações sociais.

A produção de Lacerda, Pereira e Camino (2002), a de maior reconhecimento científico no portfólio, objetiva compreender a expressão de homofobia em estudantes universitários com a explicação que eles atribuem à causa da homossexualidade. Em linhas gerais, os autores concluíram que os alunos podem ser classificados em três grupos: preconceituosos flagrantes, preconceituosos sutis ou não preconceituosos.

Os primeiros tendem a se opor às explicações psicossociais (próprias das mulheres e dos estudantes de psicologia) e a aderir às explicações ético-morais e religiosas (próprias dos estudantes de engenharia). Os segundos tiveram representações sociais acerca da homossexualidade ancoradas causas biológicas e psicológicas (próprias dos estudantes de medicina e das mulheres). Já os terceiros encontraram-se em maior concentração no curso de psicologia e aderiram às explicações psicossociológicas.

Com isso, os autores concluíram que mais de  $\frac{3}{4}$  dos estudantes foram classificados como preconceituosos, sendo metade flagrante e metade sutil. Os resultados da pesquisa também contradisseram a literatura que afirma que a manifestação do preconceito nas sociedades ocidentais tem sido majoritariamente sutil. Também foi possível constatar que as explicações atribuídas à homossexualidade moldam a forma como a homofobia é expressada, de modo que maior concordância com explicações religiosas e ético-morais e discordância de explicações psicossociais revelam maiores níveis de preconceito flagrante.

Scardua e Souza Filho (2006), por sua vez, também se preocuparam com a avaliação das representações sociais de universitários sobre a homossexualidade, identificando 14 categorias temáticas nos discursos da amostra, abrangendo temas como definição da homossexualidade, reconhecimento, assumir-se, influências sociais, entre outras. Os principais resultados mostraram que sujeitos heterossexuais enfatizaram a intencionalidade na vivência da homossexualidade enquanto os homossexuais e bissexuais ressaltaram o oposto, valendo-se da defesa da naturalidade de sua orientação como forma de justificá-la. O grupo heterossexual também teve maior tendência a compreender a homossexualidade como fruto de uma falta, problema, influência social ou atração pelo proibido enquanto o grupo homossexual baseou-se em respostas como influências sociais e insatisfação e/ou felicidade.

Como uma das conclusões, os autores entenderam que o pensamento dos heterossexuais de uma causa intencional à homossexualidade, atribuindo uma responsabilidade e, talvez, até uma culpa aos próprios homossexuais por sua orientação sexual poderia respalda-los HT a agredir e culpabilizar gays, lésbicas e bissexuais como desviantes de uma norma (algo muito ressaltado pelos

heterossexuais). Já para os HM, a não intencionalidade aparece como uma forma de justificar e legitimar sua sexualidade reprovada socialmente

Silva e Aléssio (2019) realizaram uma revisão da literatura para identificar as contribuições da Teoria das Representações Sociais (TRS) para o estudo da homofobia no Brasil e agruparam os principais resultados em quatro núcleos temáticos: (1) expressão do preconceito e natureza da homossexualidade; (2) adoção homoparental; (3) representações sociais da homossexualidade; (4) professores e representações sociais da homossexualidade e diversidade sexual. No primeiro eixo, a TRS apareceu como ferramenta de análise para explicar como as diferentes expressões do preconceito estão ancoradas nas explicações dadas à homossexualidade. No segundo eixo, evidenciou-se o papel das representações sociais como base para atitudes e comportamentos preconceituosos, visto que as atitudes preconceituosas foram justificadas por explicações quanto à natureza da homossexualidade. No terceiro eixo, apresenta-se um estudo das representações sociais da homossexualidade, ancorada em quatro aspectos: (1) a intencionalidade ou não de ser homossexual; (2) o reconhecimento social; (3) a normatização e (4) discriminação e preconceito. No último eixo, debruça-se sobre as representações sociais de professores acerca da diversidade sexual e da homofobia.

Os autores concluíram pelo predomínio de estudos no contexto educacional (escolas e universidades), dando destaque para esse cenário no assunto. Quanto à TRS, destacaram-se duas tendências em seu uso: (1) a compreensão das expressões do preconceito (sutil e flagrante) com base nas representações sobre a natureza da homossexualidade e (2) a investigação das representações a respeito da homossexualidade. Por fim, observou-se a forte função justificadora das representações, servindo como base para entendimento dos comportamentos e das crenças dos sujeitos sobre a homossexualidade, sendo instrumento privilegiado para compreensão e combate da homofobia.

Por fim, o último trabalho trata da pesquisa das representações sociais em professores da educação básica. Neto et al (2019) realizaram uma pesquisa com professores do ensino fundamental para compreender as representações sociais que eles possuíam sobre a homofobia. Para isso, valeram-se da Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) com quatro palavras indutoras: “preconceito”, “diversidade sexual”, “sexualidade” e “homofobia”. Para o primeiro estímulo, a representação

identificada foi, predominantemente, o desrespeito, sendo a palavra que melhor representa o significado do preconceito para os participantes. Para o segundo, a representação foi definida, predominantemente, como “liberdade”, evidenciando um caráter positivo relacionado à escolha e respeito, apesar de também ter sido entendida como algo a ser tolerado. Para o terceiro estímulo, a representação social encontrada foi “respeito”, configurando-se como o único estímulo que provocou boas cognições frente ao conceito geral de homofobia. Quanto ao último estímulo a representação foi “pré-julgamento”, adquirindo uma conotação negativa.

Desta forma, os autores entenderam que os professores possuem poucos conhecimentos sobre a homofobia e a diversidade sexual, o que delimita o conhecimento do grupo. Frente a isso, sugerem que haja investimento na formação continuada dos educadores neste tema, permitindo uma organização teoricamente estruturada para assumir a tarefa de educação sexual no ambiente escolar. A escola não pode negligenciar a violência homofóbica sob risco de tornar-se um ambiente fomentador da violência.

#### 4.2.3.4 A formação do psicólogo e a diversidade sexual

O trabalho de Santos et al (2011) foi o único dentre os 14 artigos do portfólio a abordar exclusivamente o modo como futuros psicólogos se relacionavam com a diversidade sexual. Através da exposição de filmes que abordassem a temática, da leitura de trabalhos científicos e da fala de especialistas sobre o tema, os autores buscaram levar o debate para a formação dos estudantes, tentando compreender como eles abordam o tema. Com a realização das mostras de cinema, entretanto, constatou-se o esvaziamento do público-alvo, de modo que passaram a frequentar os encontros apenas os estudantes que tinham identificação com o assunto ou que encontraram ali um local de pertencimento. Através da análise desse fenômeno e da reação dos estudantes em comentários *online*, pode-se concluir que os estudantes ainda apresentam narrativas heteronormativas e higienistas acerca das sexualidades não heterossexuais. Entretanto, julgou-se bem sucedido o objetivo de promover a discussão do tema, pois como resultado do estudo, houve a criação de uma disciplina referente à temática aberta para todos os cursos, propiciando que estudantes de diferentes áreas questionem em conjunto seus saberes sobre as sexualidades.

Cabe dizer que, apesar de não ter sido foco principal destes pesquisadores, os trabalhos de Lacerda, Pereira e Camino (2002), Cecílio, Scorsolini-Comin e Santos (2013), Scardua e Souza Filho (2006), Gato, Fontaine e Leme (2014) e Silva e Aléssio (2019) também fornecem, de maneira mais ou menos direta, subsídios para a compreensão do modo como estudantes de psicologia abordam o assunto da diversidade sexual.

#### 4.2.3.5 Mensuração de atitudes e crenças frente à homossexualidade

Gato, Fontaine e Leme (2014) esforçaram-se para realizar a adaptação transcultural da Escala Multidimensional de Atitudes Face a Lésbicas e a Gays, visando oferecer um instrumento original para a avaliação de atitudes e crenças frente à homossexualidade por se tratar de uma escala que não foi pensada a partir de ferramentas voltadas para a mensuração do racismo, como as encontradas por eles em suas revisões de literatura. Após a aplicação da pesquisa e a realização dos testes estatísticos necessários, os autores concluíram que a medição do nível global de atitudes face a lésbicas e a gays apresentou elevada confiabilidade, bem como foi possível constatar a invariância do instrumento na amostra brasileira, sugerindo que a utilização do escore global do instrumento é uma possibilidade no Brasil.

A Escala dos autores conta com 27 itens tipo Liker e conseguem avaliar 4 dimensões no relacionamento com pessoas homossexuais: a homopatologização, a rejeição de proximidade, o heterossexismo moderno e o suporte. A primeira dimensão diz respeito à condenação moral e à patologização da homossexualidade. A segunda corresponde ao evitamento do contato com homossexuais em diversos contextos sociais, bem como a manifestação de desconforto emocional na sua presença. A terceira dimensão aborda as expressões contemporâneas do preconceito, referindo-se ao modo como homossexuais exercem papéis tradicionalmente associados à heterossexualidade e a posicionamentos negativos frente à visibilidade dessas identidades. A última dimensão relaciona-se com uma atitude positiva de legitimação e apoio à defesa dos direitos de lésbicas e gays.

#### 4.2.3.6 O trabalho com a diversidade sexual na escola

O trabalho de Neves e Silva (2018) buscou avaliar a motivação de professores do ensino médio para trabalhar com projetos dentro da escola de promoção à igualdade de direitos das pessoas LGBTT. Os resultados do estudo indicaram que os professores abordam como fator motivacional para atuarem nesses projetos o fato de atuarem na mudança de pensamento dos alunos acerca dos preconceitos, gerando melhoria da convivência e abertura de novas reflexões acerca do respeito às diferenças. A atuação gira em torno da formação de um cidadão crítico e na promoção, desta forma, de uma sociedade mais igualitária e respeitosa.

Entretanto, também se identificou nos discursos dos profissionais concepções errôneas sobre a diversidade sexual, como a sua concepção como algo intencional ou o receio em usar a palavra “homossexual”, gestadas na sociedade heteronormativa na qual os participantes se inserem. Mesmo com os professores enxergam a escola como um espaço para discutir sobre a diversidade sexual, frente a essas questões identificadas, os autores defendem a necessidade de inserir subsídios na formação de professores para que possam nortear uma educação igualitária com foco na diversidade sexual e de gênero, os capacitando para o debate com informações teóricas concretas.

#### 4.2.3.7 Preconceito e discriminação por orientação sexual no ambiente de trabalho

O último núcleo temático compreende as produções que contemplam o estudo da discriminação e do preconceito no ambiente de trabalho. O trabalho de Cortez et al (2019) apresenta uma revisão sobre esse fenômeno, juntamente com o sexismo e a misoginia, como um empecilho para a materialização do trabalho inclusivo no Brasil. Em sua revisão da literatura, os autores encontraram 3 eixos temáticos, já citados anteriormente (ver Quadro 5), que apresentam um mapeamento da produção do conhecimento (com prevalência de estudos de abordagem qualitativa na área da administração), estudo das práticas de violência e dominação no trabalho (a violência física, o assédio implícito por meio de piadas e a patologização de suas identidades como as práticas mais comuns) e a percepção dos colegas de trabalhos e supervisores como principais agentes dessas violências e do contexto empresarial como o espaço onde elas ocorrem. Apesar disso, verificou-se que tais práticas de dominação e violência são exercidas nos diferentes espaços de trabalho, por sujeitos

de dentro da organização e por aqueles que se apresentam no espaço de trabalho de forma transitória. A omissão estatal também foi relevante, o que pode explicar essa generalização das práticas de dominação e violência.

Por fim, o trabalho de Garcia e Souza (2010) também fornecem uma visão sobre a discriminação no ambiente de trabalho, com especial destaque para o setor bancário. Em seu estudo, os autores perceberam a existência de práticas discriminatórias em todos os bancos, dividindo-se em discriminações diretas (ausência da regulação e da garantia dos direitos dos trabalhadores homossexuais casados ou da falta de regras que estabeleçam direitos aos homossexuais) e indiretas (piadas, isolamento do contato com clientes e/ou demais funcionários, condições de trabalho inferiores às ofertadas para os demais empregados, exclusão de atividades de lazer fora da empresa, brincadeiras e deboche sobre a forma de se postar, andar e falar, xingamentos, dificuldades de ascensão na carreira e de contratação de homossexuais, principalmente afeminados).

Para os entrevistados, o segundo tipo de discriminação apareceu como aquele que mais os incomoda e com mais frequência, mesmo sendo proibida pelos códigos de ética. Os autores concluem o trabalho entendendo que a existência das categorias identitárias “homossexual” e “heterossexual” são a causa para a discriminação e que somente com sua desconstrução é que se poderá combater este fenômeno, exigindo a mudança dos valores culturais e filosóficos que as mudaram.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 17 de maio de 2020, comemorou-se 30 anos da despatologização da diversidade sexual pela Organização Mundial da Saúde (OMS), data hoje conhecida como Dia Internacional Contra à Homofobia. Três décadas se passaram e setores da sociedade ainda se esforçam para resgatar a concepção anterior sobre a sexualidade humana. Em um último episódio de destaque na mídia, em setembro de 2017, um grupo de psicólogos ajuizou uma Ação Popular no Distrito Federal pedindo a suspensão dos efeitos da Resolução nº 001 de 1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), reascendendo o debate acerca do status da diversidade sexual no Brasil e dos limites e das possibilidades de atuação do psicólogo para com clientes não-heterossexuais. Frente a tal conjuntura, o presente trabalho se constituiu como instrumento para compreensão do posicionamento científico da Psicologia brasileira acerca da diversidade sexual.

À luz dos dados construídos e de suas respectivas análises, entende-se que esta pesquisa cumpriu com seu objetivo geral, pois obteve-se compreensão detalhada sobre o estado da arte da produção científica da Psicologia brasileira acerca da diversidade sexual após sua despatologização em 1990. Para além das particularidades quantitativas identificadas na análise bibliométrica, observou-se que a ciência psicológica brasileira tem se debruçado sobre este tema direcionando seu olhar para sete campos temáticos específicos: 1) a vivência da diversidade sexual; 2) desafios e embates políticos acerca da diversidade sexual no Brasil; 3) homossexualidade, homofobia e as representações sociais; 4) a formação do psicólogo e a diversidade sexual; 5) Mensuração de atitudes e crenças frente à homossexualidade; 6) O trabalho com a diversidade sexual na escola; e 7) Preconceito e discriminação por orientação sexual no ambiente de trabalho.

Neste sentido, entende-se que os objetivos específicos também foram atendidos. No que concerne ao modo como a diversidade sexual é abordada nas pesquisas acadêmicas publicadas após 1990, os dados apontaram para posicionamentos em consonância com as normativas do CFP e da OMS, como visto principalmente pela presença majoritária de trabalhos destinados a compreender aspectos da vivência das diversas orientações sexuais e o impacto da discriminação homofóbica na vida desses indivíduos. Assim, lançando mão dos núcleos temáticos

identificados, todos os 14 estudos abordaram a diversidade sexual como faceta da pluralidade da sexualidade humana, buscando compreender como ela é vista e/ou tratada pela sociedade brasileira.

Quanto às convergências e divergências nas publicações nas três décadas após a despatologização, constatou-se predomínio de publicações na terceira década, entre os anos de 2010 e 2019. Pode-se citar, retomando a análise dos núcleos temáticos, que 5 deles são compostos por artigos exclusivamente da última década (núcleos 2, 4, 5, 6 e 7), um por trabalhos da década 1 e 3 (núcleo 1) e um por pesquisas da década 2 e 3 (núcleo 3). Assim, o maior indício de convergência nos subtemas estudados parece se alojar nestas duas últimas décadas, com a vivência da diversidade sexual sendo estudada em 1997, 2012 e 2013 e com a temática da homossexualidade, homofobia e representações sociais sendo abordada por trabalhos em 2002, 2006 e 2019.

Quanto às divergências, os dados não apontaram para uma mudança ou rompimento no modo de produzir conhecimento acerca da diversidade sexual ao longo dos anos. O que se identificou foi a análise de novos recortes temáticos dentro do assunto, pois, apesar das primeira e segunda décadas possuírem, respectivamente, artigos abordando exclusivamente um desses vieses (núcleos 1 e 3 respectivamente), eles também puderam ser encontrados nos estudos da década 3. Desta forma, não é possível falar em diferenças significativas no estudo da diversidade sexual entre as décadas seguintes à sua despatologização, mas sim em uma pluralidade de abordagens.

Face a essas constatações, é possível afirmar que o problema de pesquisa foi respondido plenamente. A produção científica da Psicologia brasileira acerca da diversidade sexual após a sua despatologização tem caráter plural, com diversos pesquisadores abordando o tema ao longo das três décadas por diferentes recortes teóricos, temáticos e metodológicos, mas com a constância de rejeitar posturas patologizantes acerca das orientações sexuais não heteronormativas.

Para responder a esta pergunta, optou-se pelo método da revisão sistemática de literatura com análise bibliométrica nos moldes propostos pelo Protocolo *ProKnow-C* desenvolvido por Ensslin e Ensslin (2007) e Ensslin et al. (2010). A coleta de dados foi realizada em maio de 2020 pelos próprios pesquisadores e sua respectiva análise

foi feita mediante estatística descritiva para a análise bibliométrica e análise de conteúdo para a análise sistemática.

Considerando a metodologia utilizada e as experiências durante sua aplicação, algumas limitações foram identificadas. Os critérios de inclusão na etapa de pesquisa na base de dados não contemplaram livros, teses e dissertações, o que impossibilitou a compreensão dos recortes tomados no âmbito da pós-graduação frente ao tema deste trabalho. Além disso, em seus descritores, o foco na homossexualidade e na bissexualidade negligencia pesquisas que exploram outras vivências de orientação sexual, como a assexualidade e a pansexualidade por exemplo.

Sendo assim, sugere-se como temas para pesquisas futuras: I) o enfoque em estudos que contemplem orientações sexuais para além da homossexualidade e da bissexualidade; II) a exploração das pesquisas acerca da diversidade sexual e da diversidade de gênero, buscando compreender as relações estabelecidas entre os dois campos; III) a inclusão das produções da pós-graduação no escopo metodológico.

À guisa de conclusão, entende-se que este trabalho trouxe contribuições para a discussão acerca do lugar da Psicologia na defesa da diversidade sexual. Ao identificar um posicionamento homogêneo de não patologização das diferentes orientações sexuais, se observa os esforços dos pesquisadores em sustentar o direito dessas pessoas a viver uma vida na qual sua orientação sexual não seja motivo de sofrimento. Mesmo com o movimento de alguns psicólogos de demandar um suposto direito de tratamento àqueles que “sofrem” com sua sexualidade, a Psicologia brasileira tem se organizado para desmontar esse discurso e reafirmar a visão de mundo construída através da Resolução 01/1999.

Com forte influência política no Brasil, o fundamentalismo religioso infiltrado nas ciências psicológicas continua falhando em materializar sua ideologia, mas sua constante atuação é fenômeno a ser percebido e combatido em prol de uma práxis profissional ético-politicamente comprometida com a defesa dos Direitos Humanos.

## REFERÊNCIAS

BARCINSKI, Mariana. Expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de se "transformar em homem" na prisão. **Psico-USF**, Itatiba, v. 17, n. 3, p. 437-446, dez. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-82712012000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712012000300010&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 mai. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712012000300010>.

BELMONTE, Pilar. **História da Homossexualidade: ciência e contra-ciência no Rio de Janeiro (1970-2000)**. 2009. 224 p. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2009. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6145>. Acesso em 09 set. 2020.

BIANCARELLI, Aureliano. **Encontro em Minas quer "curar" homossexuais**. [S. l.] 1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff11069830.htm>. Acesso em 06 set. 2020.

BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora (orgs.). **Homofobia e educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres, 2009. Disponível em: [https://www.cepac.org.br/blog/wp-content/uploads/2011/07/homofobia\\_e\\_educacao.pdf](https://www.cepac.org.br/blog/wp-content/uploads/2011/07/homofobia_e_educacao.pdf). Acesso em 20 ago. 2020

CAMPOS, Luciana Maria Lunardi. Gênero e diversidade sexual na escola: a urgência da reconstrução de sentidos e de práticas. **Ciência & Educação (Bauru)**, Bauru, v. 21, n. 4, p. I-IV, dez. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-73132015000400001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132015000400001&lng=en&nrm=iso). Acesso em 19 ago. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1516-731320150040001>.

CECÍLIO, Mariana Silva; SCORSOLINI-COMIN, Fábio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Produção científica sobre adoção por casais homossexuais no contexto brasileiro. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 18, n. 3, p. 507-516, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2013000300011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2013000300011&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 mai. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2013000300011>.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA [CFP]. Resolução CFP nº 001/99 de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Brasília: **Conselho Federal de Psicologia**. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999\\_1.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf). Acesso em: 25 jul. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA [CNJ]. **Resolução n. 175 de 14 de maio de 2013**. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754>. Acesso em: 14 jul. 2020.

CORREIO, Edson Santos Silva; CORREIO, Wallas Jefferson Lima. Homo eroticus: Considerações acerca do conceito de Sodomia nos processos da Inquisição Portuguesa. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 23, n. 35, p. 265-284, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2016v23n35p265>. Acesso em: 02 set. 2020. <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2016v23n35p265>.

CORTEZ, Pedro Afonso et al. Sexismo, misoginia e LGBTQfobia: desafios para promover o trabalho inclusivo no Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 29, p. e290414, 2019. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312019000400612&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312019000400612&lng=en&nrm=iso). Acesso em 25 mai. 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-73312019290414>.

D'ANDREA, Luigi Silvino; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Deslocando sobre o arco-íris com tonalidades cinza e preto: assexualidades em trânsito. **Revista Ártemis**, v. 25, n. 1, p. 219, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/36065>. Acesso em 08 set. 2020. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2018v25n1.36065>

DIEHL, Alessandra; VIEIRA, Denise Leite; MARI, Jair de Jesus. A CID-11 não reconhecerá possibilidades de patologização da homossexualidade. **Revista Debates em Psiquiatria**, v. 4, p. 20-15, 2014. Disponível em: [https://doi.galoa.com.br/sites/default/files/rdp/RDP\\_2014-05\\_final\\_site-3.pdf](https://doi.galoa.com.br/sites/default/files/rdp/RDP_2014-05_final_site-3.pdf). Acesso em 09 set. 2020.

ENSSLIN, Leonardo; ENSSLIN, Sandra Rolim; PINTO, Hugo de Moraes. Processo de investigação e análise bibliométrica: avaliação da qualidade dos serviços bancários. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 17, n. 3, p. 325-349, jun. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-65552013000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552013000300005&lng=en&nrm=iso). Acesso em 30 abr. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552013000300005>

FÉRES-CARNEIRO, Tereza. A escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 10, n. 2, p. 351-368, 1997. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79721997000200012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721997000200012&lng=en&nrm=iso). Acesso em 23 jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-79721997000200012>.

FRY, Peter. DA HIERARQUIA À IGUALDADE: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL. In: FRY, Peter. **Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, cap. IV, p. 87-115.

GAMA, Maria Clara Brito da. Cura Gay? Debates parlamentares sobre a (des)patologização da homossexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 4-27, abr. 2019. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-64872019000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872019000100004&lng=en&nrm=iso). Acesso em 06 set. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.31.02.a>.

GARCIA, Agnaldo; SOUZA, Eloisio Moulin de. Sexualidade e trabalho: estudo sobre a discriminação de homossexuais masculinos no setor bancário. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 6, p. 1353-1377, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122010000600005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122010000600005&lng=en&nrm=iso). Acesso em 23 jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122010000600005>.

GATO, Jorge; FONTAINE, Anne Marie; LEME, Vanessa B. R. Validação e adaptação transcultural da Escala Multidimensional de Atitudes Face a Lésbicas e a Gays. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 27, n. 2, p. 257-271, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722014000200257&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722014000200257&lng=en&nrm=iso). Acesso em 23 jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201427206>.

GAY AND LESBIAN ALLIANCE AGAINST DEFAMATION [GLAAD]. **Media Reference Guide 2016**. New York e Los Angeles, 2016. Disponível em: <https://www.glaad.org/sites/default/files/GLAAD-Media-Reference-Guide-Tenth-Edition.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÓIS, João Bosco Hora. Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 1, p. 289-297, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000100021>. Acesso em: 14 jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2003000100021>.

GONÇALVES, Alexandre Oviedo. Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da “cura gay”. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 175-199, ago. 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-)

85872019000200175&lng=en&nrm=iso. Acesso em 14 jul. 2020.  
<https://doi.org/10.1590/0100-85872019v39n2cap07>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. Coordenação De População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 40, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2020.

KAHHALE, Edna Maria Peters. Histórico do Sistema Conselhos de Psicologia e a interface com as questões LGBTs. In: Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (org.). **Psicologia e Diversidade Sexual**. São Paulo: CRPSP, 2011. Disponível em: [http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos\\_tematicos/11/frames/fr\\_indice.aspx](http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_indice.aspx). Acesso em 06 set. 2020

LACERDA, Marcos; PEREIRA, Cícero; CAMINO, Leoncio. Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 15, n. 1, p. 165-178, 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722002000100018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722002000100018&lng=en&nrm=iso). Acesso em 23 jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722002000100018>.

LIONÇO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transsexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 43-63, 2009. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312009000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000100004&lng=en&nrm=iso). Acesso em 11 ago. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312009000100004>.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. Qual a diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros? In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (orgs.). **Homofobia e educação**: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres, 2009. Disponível em: [https://www.cepac.org.br/blog/wp-content/uploads/2011/07/homofobia\\_e\\_educacao.pdf](https://www.cepac.org.br/blog/wp-content/uploads/2011/07/homofobia_e_educacao.pdf). Acesso em: 20 ago. 2020

MACEDO, Cleber Michel Ribeiro; SÍVORI, Horácio Frederico. Repatologizando a homossexualidade: a perspectiva de " psicólogos cristãos" brasileiros no século XXI. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 18, n. 4, p. 1415-1436, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/42242>. Acesso em: 23 jul. 2020. <https://doi.org/10.12957/epp.2018.42242>

NARDI, Henrique Caetano; RIOS, Roger Raupp; MACHADO, Paula Sandrine. Diversidade Sexual: políticas públicas e igualdade de direitos. **Athenea Digital. Revista de pensamiento e investigación social**, p. 255-266, nov. 2012. ISSN 1578-8946. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/v12-n3-nardi-raupp-machado>. Acesso em: 25 mai. 2020. <https://doi.org/10.5565/rev/athenead/v12n3.1111>.

NEVES, André Luiz Machado das; SILVA, Iolete Ribeiro da. Aspectos motivacionais de professores em projetos de igualdade de direitos de pessoas LBTT nas escolas. **Perspectivas em Psicologia**, v. 15, n. 1, p. 7-14, 2018. Disponível em <http://200.0.183.216/revista/index.php/pep/article/view/353>. Acesso em 25 mai. 2020.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO [OCDE]. Education at a Glance 2019: **OECD Indicators**, 2019. Disponível em: <https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/>. Acesso em 21 jul. 2020. <https://doi.org/10.1787/f8d7880d-en>.

PEREIRA, Amadeu Antônio et al. Homofobia en el contexto escolar/educacional: las representaciones sociales de profesores brasileños. **Perspectivas em Psicologia**, v. 16, n. 1, p. 99-107, 2019. Disponível: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7043473>. Acesso em: 23 jul. 2020.

PRETES, Érika Aparecida; VIANNA, Túlio. História da criminalização da homossexualidade no Brasil: da sodomia ao homossexualismo. **Iniciação científica: destaques**, v. 1, p. 313-392, 2007. Disponível em: <https://vetustup.files.wordpress.com/2013/05/historia-da-criminalizacao-da-homossexualidade-no-brasil-da-sodomia-ao-homossexualismo-tc3balio-l-vianna.pdf>. Acesso em: 01 set. 2020.

REIS, Toni (org.). Manual de Comunicação LGBTI+. 2ª edição. Curitiba: **Aliança Nacional LGBTI / GayLatino**, 2018. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2020.

SANTOS, Camila Backes dos et al. A diversidade sexual no ensino de Psicologia. O cinema como ferramenta de intervenção e pesquisa. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 7, p. 127-141, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-64872011000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872011000200006&lng=en&nrm=iso). Acesso em 23 jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1984-64872011000200006>.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. **Diversidade sexual e**



**cidadania LGBT**. São Paulo: SJDC/SP, 2014. 44 p. Disponível em: [http://www.recursoshumanos.sp.gov.br/lgbt/cartilha\\_diversidade.pdf](http://www.recursoshumanos.sp.gov.br/lgbt/cartilha_diversidade.pdf). Acesso em: 11 ago. 2020.

SCARDUA, Anderson; SOUZA FILHO, Edson Alves de. O debate sobre a homossexualidade mediado por representações sociais: perspectivas homossexuais e heterossexuais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 19, n. 3, p. 482-490, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722006000300017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722006000300017&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 23 jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722006000300017>.

SEVERO, João. **Exclusivo: Julio Severo entrevista Marisa Lobo, psicóloga cristã ameaçada pelo CFP**. João Severo Blogspot. [S.l.] 2012. Disponível em: <http://juliosevero.blogspot.com/2012/04/exclusivo-julio-severo-entrevista.html>. Acesso em 19 set. 2020.

SILVA, Lawerton Braga da; ALESSIO, Renata Lira dos Santos. Revisão sobre a utilização da teoria das representações sociais nos estudos sobre homofobia no Brasil. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 342-365, ago. 2019. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812019000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000200002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 25 mai. 2020. <https://doi.org/10.12957/epp.2019.44278>

SOUSA, Marcos R. de; RIBEIRO, Antonio Luiz P. Revisão sistemática e meta-análise de estudos de diagnóstico e prognóstico: um tutorial. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, São Paulo, v. 92, n. 3, p. 241-251, Mar. 2009. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0066-782X2009000300013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2009000300013&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 28 abr. 2020

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL [STF]. **STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em 19 set. 2020.

TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. Homofobia e suas relações com as práticas “psi”. In: Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (org.). **Psicologia e Diversidade Sexual**. São Paulo: CRPSP, 2011. Disponível em: [http://www.crpasp.org.br/portal/comunicacao/cadernos\\_tematicos/11/frames/fr\\_indice.aspx](http://www.crpasp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_indice.aspx). Acesso em 06 set. 2020

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018. 726p.